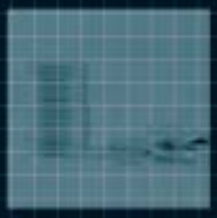
REVISTA
Fenacon
Contabilidade • Assessoramento
• Perícias • Informações • Pesquisas
EM SERVIÇO
Ano XI - Ed. 118 - Nov/Dez 2006



Estatuto da Microempresa, uma lei em favor do Brasil

Congresso aprova a Lei Geral, que vai reduzir a burocracia e estimular os pequenos negócios

Entrevista O crescimento acelerado da economia depende da aprovação das reformas estruturais
Raul Velloso

Domínio Contábil Plus é o único com 11 módulos realmente integrados. Realmente, já está na hora de integrar este software à sua empresa.

Domínio Contábil Plus é o único software do mercado com 11 módulos integrados on-line. Com ele, você elimina a importação e exportação de arquivos e acaba de vez com o retrabalho.

www.dominiosistemas.com.br Informações Comerciais: **0800 645 4004**

domínio SISTEMAS

A sua melhor escolha

REVISTA Fenacon EM SERVIÇO

Diretoria da Fenacon
(Gestão 2004/2007)

Presidente
Carlos José de Lima Castro

Vice-Presidente Institucional
Valdir Pietrobon

Vice-Presidente Região Sudeste
Sauro Henrique de Almeida

Vice-Presidente Região Sul
Renato Francisco Toigo

Vice-Presidente Região Nordeste
José Geraldo Lins de Queiros

Vice-Presidente Região Centro-Oeste
Laércio José Jacomelli

Vice-Presidente Região Norte
Carlos Alberto do Rego Correa

Diretor-Administrativo
Antonio Gutenberg Morais de Anchieta

Diretor-Financeiro
Roberto Wuthstrack

Diretor de Relações Institucionais
Urubatam Augusto Ribeiro

Diretor de Eventos
Carlos Roberto Victorino

Diretor de Tecnologia e Negócios
Nivaldo Cleto

Diretora de Assuntos
Legislativos e do Trabalho
Aparecida Terezinha Falcão

Suplentes
Osias Chasin
Bruno Ricardo de Souza Lopes
Reinaldo Aparecido Domingos
Paulo Bento
Fernando César Passos Lopo
Antonino Ferreira Neves
Ronaldo Geraldo de Castro
Luiz Valdir Slompo de Lara
Antonio Luiz Amorim Araújo
João Aramayo da Silva
Wladimir Alves Torres
Aderaldo Gonçalves do Nascimento Junior
Anastácio Costa Mota

Conselho-Fiscal efetivos
Sérgio Approbato Machado
Haroldo Santos Filho
Vilson Wegener

Suplentes
Maciel Breno Schiffler
Valmir Madázio
Almir Dias de Souza

Representação na CNC
Efetivos
Carlos José de Lima Castro
Pedro Coelho Neto

Suplentes
Irineu Thomé
Valdir Pietrobon

Do caos ao éden

Vivemos um ano de 2006 muito conturbado, com denúncias de corrupção, desvios e má gestão dos recursos públicos, com a instalação de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) das mais diversas naturezas. Com isso, o Congresso Nacional ficou paralisado, deixando de votar matérias fundamentais para o País. Tudo isso resultou em perdas e mais perdas para a nação brasileira, como se tivesse havido um tissuname econômico e político.

Segundo os mais antigos e mais sábios, porém, depois de toda tempestade vem a bonança. Estamos vislumbrando um ano de 2007 muito mais próspero. No apagar das luzes do ano, mas antes das luzes de Natal, tivemos, enfim, a aprovação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.

Por toda a luta que travamos, da elaboração à aprovação, temos a convicção plena de que as medidas estabelecidas pela Lei Geral, além de melhorarem as condições das micros e das pequenas empresas regularmente instaladas, vão permitir que outros empreendedores tenham acesso à formalidade.

Uma vez passado o período de turbulência, hoje temos definidos os novos governadores, novos senadores e deputados, e reeleito o presidente da República. Com o grau de renovação do Congresso, sabemos que há um novo compromisso gerado entre eleitores e eleitos. Mesmo reeleito, o presidente Lula sabe que não pode mais adiar a retomada do crescimento econômico.

Da parte do Congresso Nacional e dos governadores – além da presidência –, tem-se a certeza de que a reforma previdenciária e a tributária não poderão ser adiadas.

Meu otimismo não vem dessa espécie de euforia que toma conta das pessoas todo final de ano. Minha esperança de mudança se baseia em uma leitura da realidade econômica e política muito concreta; tem como base a capacidade organizativa da sociedade brasileira e, portanto, tem grandes possibilidades de se concretizar.

Recentemente, estivemos no XVII° Congresso Mundial de Contadores, realizado em Istambul, de 13 a 16 de novembro de 2006 e pudemos constatar que o mundo inteiro está preocupado em combater a lavagem de dinheiro e a corrupção. Só se obtém sucesso em empreitadas como essas com a regularização da micro e pequena empresa, com a formalização dos empregos e com o saneamento da situação fiscal. Mais do que nunca, ficou claro o papel crucial que desempenham profissionais como os empresários da contabilidade, para que tenhamos um país com credibilidade internacional, uma nação digna de ser legada a nossos filhos.

A vitória com a aprovação da Lei Geral é o pontapé inicial de uma reforma tributária mais abrangente. Se conseguirmos, em 2007, a consolidação do novo modelo de ICMS Nacional, poderemos nos concentrar nas outras partes dessa reforma: um ajuste no IPI para torná-lo um imposto seletivo, além da consolidação do imposto de renda, da contribuição social, do PIS e da Cofins.

É com essa esperança de um Brasil melhor que desejo a todos os filiados dos 36 sindicatos, a todos os amigos e parceiros, um feliz Natal e um próspero 2007.

Carlos José de Lima Castro
Presidente da Fenacon
presidente@fenacon.org.br

REVISTA Fenacon EM SERVIÇO

Lei Geral

Micro e pequeno empresário terá uma das legislações mais modernas do mundo **22**

Entrevista

Raul Velloso

O Brasil espera por medidas que o levem ao crescimento econômico **12**

CNAE sofre alterações

Atividades Econômicas recebem nova classificação a partir de 1º de janeiro **14**

Como lidar com o estresse no trabalho

Por interferir na produtividade, o estresse passou a ser motivo de preocupação para os empresários **32**

ESPECIAL

12ª Conescap vai discutir maior participação do setor de Serviços na economia brasileira **08**

GESTÃO

O empreendedorismo ensina os empresários a descobrir novos negócios e aumentar a receita **18**

OPINIÃO

Antônio Augusto Queiroz
O cenário político e a agenda de reformas **06**

ARTIGOS

Josué José Tobias
COAF aperta o cerco contra fraudes **16**

Leandro Krobath
Atuação do contador na área trabalhista **21**

Gilberto Wiesel
A vantagem do trabalho em equipe **31**

SEÇÕES

Cartas **05**

Fenacon **35**

Regionais **36**

Livros **40**

Novo projeto gráfico

A partir desta edição, a revista Fenacon em Serviços passa a circular com novo projeto gráfico e editorial, mais moderno e atraente. A mudança atende a uma necessidade criada pela evolução da Fenacon como entidade representativa das empresas de serviços contábeis, assessoria, consultoria, auditoria e outros. Do ponto de vista editorial, tornou-se necessário aumentar o número de páginas, de 36 para 44, para atender à demanda crescente por artigos e reportagens que abordem temas de interesse do setor.

Em Brasília, como resultado do trabalho de representação institucional e corporativa, a Fenacon tem participado, direta ou indiretamente, de muitas das decisões dos poderes Executivo e Legislativo. Foi assim nos últimos meses, por exemplo, durante a discussão e votação do projeto da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, tema da matéria de capa desta edição.

Além disso, a nova abordagem editorial dará maior espaço a matérias e artigos sobre temas relacionados na área de administração das empresas de serviços: sistema tributário e fiscal, modelos eficientes de gestão, técnicas de motivação, informática e novas tecnologias. Criamos, também, uma coluna de opinião, em que articulistas de expressão nacional abordarão temas políticos e econômicos da atualidade.

Finalmente, na parte gráfica e visual, adotamos um conceito de diagramação mais flexível e variado, que nos permitirá obter maior equilíbrio entre textos e imagens (ilustrações). Outro ganho de qualidade será proporcionado pela utilização do papel *couchê*, que dará maior consistência e elegância à publicação.

Sirvam-se da nova revista Fenacon em Serviços! Avaliem as mudanças adotadas e nos enviem críticas e sugestões!

Álvaro Pereira
Editor Responsável

Agradecimento

Caro Carlos Corrêa,

Gostaria de agradecer à Fenacon e à sua administração e também a você pelo empenho para inclusão de nossa classe no Super Simples.

Amigo Carlos, gostaria que os órgãos institucionais de nossa classe sempre dessem ênfase à importância de nossa classe para o governo federal, estadual e municipal, pois, na verdade, somos os arrecadadores de tributos, os responsáveis por grande parte das verbas recolhidas aos cofres públicos. Como fiscais dos governos, induzimos a classe empresarial a recolher tributos. Se analisarmos com cuidado, somos os responsáveis pelo desenvolvimento de nossa Nação.

Gostaria que transmitisse isso a nossos amigos, ao presidente e à diretoria da Fenacon.

Finalmente, agradeço a atenção e a gentileza que sempre me dispensou.

Ronaldo Batista
Contador

Lei Geral

Senhor Presidente,

Em atendimento ao postulado em seu ofício nº219/2006, de 30 de outubro último, tenho o prazer de registrar meu apoio à urgente votação do Projeto de Lei Complementar nº100/2006. Estou aqui atento e no momento oportuno farei o que estiver ao meu alcance para corresponder à sua expectativa.

Pondo os meus préstimos ao inteiro dispor, sempre que necessários, subscrevo-me

Atenciosamente,

Senador Álvaro Dias.

Revista Fenacon em Serviço
Ano X - Ed. 118 - Nov/Dez
EXPEDIENTE

A **Revista Fenacon em Serviços** é uma publicação bimestral da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon).
Conselho Editorial: Diretoria-Executiva **Coordenação Editorial:** AP Comunicação: apvideo@uol.com.br - (61) 3223-0043
Editora-Executiva e Jornalista Responsável: Marilda Bezerra - 3678JP – DF **Revisão:** Fátima Loppi **Anúncios:** Pedro A. de Jesus Tel.: (11) 9874-8669 - pedrojesus@fenacon.org.br **Projeto Gráfico, Capa, Diagramação e Arte:** Edimar T. Sousa - (61) 8477-3330
Impressão e Acabamento: Prol Editora Gráfica - **Auditoria de Circulação:** Premium Consultoria Contábil Ltda.
Tiragem: 50 mil exemplares
A **Revista Fenacon em Serviços** não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nas matérias ou artigos assinados. Os anúncios veiculados são de inteira responsabilidade dos anunciantes.
Setor Bancário Norte, quadra 2, bloco F, lote 12, salas 904 a 912 - Edifício Via Capital - CEP 70040-000 – Brasília-DF - Telefax: (61) 3327-0002 - **Home page: www.fenacon.org.br** - **E-mail: fenacon@fenacon.org.br**

O cenário político e a agenda de reformas

Antônio Augusto de Queiroz

O Congresso que emergiu das urnas, renovado em média 45% (47,5% na Câmara e 25% no Senado), a julgar pelo perfil socioeconômico e a conformação partidária, será liberal do ponto de vista econômico e responsável do ponto de vista político e social. Não será ameaça à governabilidade nem apoiará iniciativas populistas.

O perfil socioeconômico da Câmara e do Senado indica um Congresso constituído por parlamentares:

1) com formação superior;
2) com idade entre 30 e 60 anos,
3) com experiência política ou administrativa;
4) politicamente de centro e
5) ideologicamente de tendência liberal.

Politicamente, a nova conformação partidária sinaliza um Legislativo com vocação governista. E o resultado da eleição, tendo como parâmetro o pleito de 2002, trouxe certo equilíbrio na distribuição das forças políticas, com ganhos e perdas na situação e na oposição.

A correlação de forças no Congresso em relação ao governo é confortável na Câmara e preocupante no Senado

Entre os grandes partidos, o maior beneficiário da eleição foi o PMDB, que ampliou sua bancada em 15 deputados. O principal prejudicado foi o PFL, que perdeu 19 deputados. O PT e o PSDB perderam cadeiras em relação a 2002, mas ampliaram suas bancadas em relação à composição atual. A correlação de forças no Congresso em relação ao Governo do presidente Lula é confortável na Câmara e preocupante no Senado, onde a oposição cresceu na eleição. Na Câmara, a base de apoio poderá ultrapassar 308 deputados, enquanto no Senado dificilmente chegaria a 49, o quórum mínimo indispensável para aprovar emendas à Constituição.

Isso significa que a negociação política será indispensável para aprovação da agenda legislativa e que o governo necessitará do apoio da oposição para aprovar emendas constitucionais. Alguns aspectos, entretanto, poderão facilitar o entendimento, tornando a oposição, especialmente a do PSDB, menos intransigente do que poderia se esperar.

O primeiro aspecto diz respeito à coincidência de diagnóstico e de agenda de campanha dos candidatos do PT e do PSDB à presidência da república. Temas como estabilidade de preços, crescimento econômico, aperfeiçoamento dos programas sociais, controle do gasto público e redução da carga tributária foram defendidos unanimemente pelos postulantes à Presidência da República no segundo turno da eleição.

O segundo aspecto tem relação com os governadores, que serão atores influentes na definição e no apoio à agenda de reformas. Entre os partidos de oposição, o PSDB é o que governa os estados mais influentes (SP e MG) e os mais endividados (Rio

Grande do Sul, Paraíba e Alagoas). Como os governadores de São Paulo e de Minas Gerais defendem o diálogo e os outros dependerão muito da cooperação do Governo Federal, as condições de negociação estão dadas.

Sobre a agenda apresentada na campanha, incluindo as reformas política, tributária e sindical, há consenso quanto a sua necessidade. Entretanto, não há nenhum acordo em relação ao seu conteúdo, que resultará de ampla negociação política, inclusive com setores da oposição.

Além da agenda anunciada na campanha persiste a necessidade de prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e da Desvinculação de Recursos da União (DRU), que vencem em dezembro de 2007, e também a pressão para que sejam incluídas na pauta as reformas trabalhista e previdenciária do setor privado. Para aprovar quaisquer destes pontos, o governo seguramente precisará do apoio dos governadores, cujos custos certamente serão muito elevados.

O padrão de comportamento da oposição ao longo do primeiro mandato, apesar das seqüelas e ressentimentos da campanha eleitoral, tende a ser mantido no segundo Governo Lula. Apoiar quando houver coincidência plena de agenda; liberar a bancada ou apoiar com ressalvas quando os custos forem concentrados; e fazer oposição firme quando a proposta favorecer a base aliada do Governo.

Em conclusão, pode-se inferir que o sucesso do presidente Lula na relação com o Congresso, além do apoio dos governadores, dependerá da superação de quatro desafios:

a) organizar uma grande coalizão de apoio,
b) formar um ministério honesto, preparado e com apoio político,
c) articular a eleição dos presidentes da Câmara e do Senado, e
d) definir uma agenda viável de reformas. ■

Antônio Augusto de Queiroz é jornalista e diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap)

Setor de serviços será tema da 12ª Conescap

Mais de 1.000 lideranças empresariais se reunirão em Foz do Iguaçu, de 17 a 19 de outubro de 2007, para discutir a participação do setor de Serviços na economia nacional

Por Marilda Bezerra

Cerca de 200 pessoas participaram do lançamento da 12ª Convenção Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Conescap), em Foz do Iguaçu, no dia 20 de outubro último. Além da presença do senador Álvaro Dias (PSDB-PR), o evento teve a participação da diretoria da Fenacon, de presidentes e representantes das entidades do setor de Serviços do Paraná e de empresários do setor.

A 12ª Conescap, que acontecerá de 17 a 19 de outubro de 2007, em Foz do Iguaçu, será um evento de alto nível técnico e de muitas atrações, afirma o presidente da comissão organizadora do evento, Mário Berti "Uma das novidades dessa

Mesa de autoridades do lançamento da 12ª Conescap
(da esquerda para a direita)

Diretor de Eventos da Fenacon: Carlos Roberto Victorino
Presidente da Junta Comercial do Paraná: Julio Maito Filho
Presidente do CRC do Paraná: Maurício Fernando Cunha Smijtink
Presidente da Federação do Comércio do Paraná: Darci Piana
Presidente da Comissão Organizadora da 12ª Conescap: Mário Berti
Presidente da Fenacon: Carlos José de Lima Castro
Senador: Álvaro Dias
Presidente da Fed. dos Contab. do Paraná: Antônio Carlos Dóro
Vice-Presidente institucional da Fenacon: Valdir Pietrobon
Diretor do DNRC: Luiz Fernando Antônio
Primeiro-Coordenador-Geral da 12ª Conescap: Amauri Clovis de Oliveira Nascimento

Conescap é a apresentação de casos de sucesso sobre atividades como contabilidade, perícias, auditoria e serviços terceirizados. Planejamos ainda fazer um painel para debater o tema educação. Acreditamos que, por meio da educação e da qualificação profissional, é que as empresas de serviços poderão encontrar caminhos para o sucesso", explica Berti.

Com o tema Brasil: A Evolução através dos Serviços, a 12ª Conescap vai mostrar a força do setor de Serviços na economia nacional. Uma pesquisa recente mostra que o setor responde por aproximadamente 57% do PIB brasileiro e por 50,4% dos empregos formais no Brasil. Na avaliação de Berti, o setor de Serviços pode dar uma contribuição bem maior para o crescimento da economia brasileira. "Somos ainda muito tímidos na exportação de serviços, pois a balança comercial do setor vem registrando déficits sistematicamente."

Segundo Berti, para que o setor de Serviços continue crescendo, os empresários precisam se preparar. "Para ocupar esse espaço, não basta ter vocação. É preciso também investir constantemente na formação de mão-de-obra especializada, pois, hoje, vender informação não é mais suficiente para permanência no mercado. Devemos também vender soluções. Essa é uma das questões que vamos discutir na 12ª Conescap", explica Berti.

A 12ª Conescap pretende reunir 1.200 convencionais de todo o Brasil e mais 300 acompanhantes. O presidente da Fenacon, Carlos Castro, acredita que a comissão organizadora não terá dificuldades para atingir essa meta. "Só durante o lançamento do evento, os sindicatos filiados ao Sistema Fenacon fizeram a reserva de 100% das inscrições. Tivemos também a confirmação dos principais patrocinadores", comemora Carlos Castro.

Durante a solenidade de lançamento da 12ª Conescap, o presidente da comissão organizadora do evento, Mário Berti, convidou todos os presentes a participarem do evento e lembrou que a 12ª Conescap será uma oportunidade de reflexão sobre a trajetória profissional dos empresários do setor de Serviços. "Essa 12ª Conescap será a melhor que já aconteceu. Vocês podem achar que estou sendo pretensioso, mas não. O que acontece é que as anteriores nos ensinaram muito; por isso, podemos fazer da 12ª a melhor de todas. Mas, isso somente será possível, se contarmos com a participação de um número expressivo de empresários do setor. Espero todos vocês em Foz do Iguaçu em outubro de 2007 para a 12ª Conescap", diz Berti.

O setor de Serviços pode dar uma contribuição bem maior para o crescimento da economia brasileira

O senador Álvaro Dias, em seu pronunciamento, destacou a importância de os cargos públicos serem ocupados por profissionais qualificados tecnicamente. "Tem sido fundamental a contribuição dos contadores nos trabalhos das Comissões Parlamentares de Inquérito no Congresso Nacional. Sem essa contribuição, certamente não teríamos chegado a

Mário Berti: Para o setor de serviços continuar crescendo, os empresários precisam se preparar

FAÇA UM TESTE GRATUITO E CONFIRA NOSSA QUALIDADE
SISTEMAS CONTÁBEIS SEM TAXA DE MANUTENÇÃO MENSAL
Contabilidade I Folha de Pagamento I Livros Fiscais I Adm. de Escritório I PPP
www.e-contab.com.br
e-contab

resultados tão expressivos como chegamos", explica o senador.

Após a solenidade, que recebeu ampla cobertura da imprensa local, a comissão organizadora da 12ª Conescap ofereceu aos convidados um delicioso jantar acompanhado de música ao vivo.

A Convenção Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas é o maior e mais significativo evento do setor de Serviços. A Convenção, realizada a cada dois anos, além de ser um importante momento de confraternização, tem como principal objetivo proporcionar a integração nacional das empresas do setor de Serviços para aprimoramento e atualização de conceitos e troca de experiências.

Foz do Iguaçu – Foz do Iguaçu representa um dos mais belos destinos turísticos do mundo. Possui riquezas naturais incomparáveis, como o Parque Nacional do Iguaçu, tombado como Patrimônio Natural da Humanidade e onde estão localizadas as Cataratas do Iguaçu.

Além das Cataratas, o Parque Nacional do Iguaçu dispõe de trilhas interpretativas e atividades de ecoaventura: *rafting*, rapel, escalada em rocha, arborismo e passeios de barco em meio às quedas. É possível também sobrevoar as Cataratas de helicóptero.

Próximo ao Parque Nacional, encontra-se o Parque das Aves, onde o visitante se depara com as mais diferentes espécies de aves em seus habitats.

Outro passeio imperdível é ao Marco das Três Fronteiras, divisa do Brasil com o Paraguai e a Argentina, podendo-se apreciar os três marcos simultaneamente, além do encontro dos rios Iguaçu e Paraná.

São muitas as opções para fazer com que seus momentos em Foz do Iguaçu sejam inesquecíveis.

Informações sobre a 12ª Conescap podem ser obtidas no site www.conescap.com.br.

Hotel do evento – A 12ª Conescap será realizada no Rafain Palace Hotel & Convention Center, localizado estrategicamente no corredor turístico de Foz do Iguaçu. Além de fácil acesso aos principais atrativos turísticos da cidade de Foz do Iguaçu, o Hotel oferece aos seus hóspedes muito conforto, requinte e qualidade em seus serviços.

O Rafain possui uma completa estrutura de serviços composta de agência de turismo, loja de

souvenirs, sauna, *fitness center*, *american bar*, *business center*, estacionamento e geradores próprios de energia, que assegura aos hóspedes conforto e tranqüilidade em sua estada.

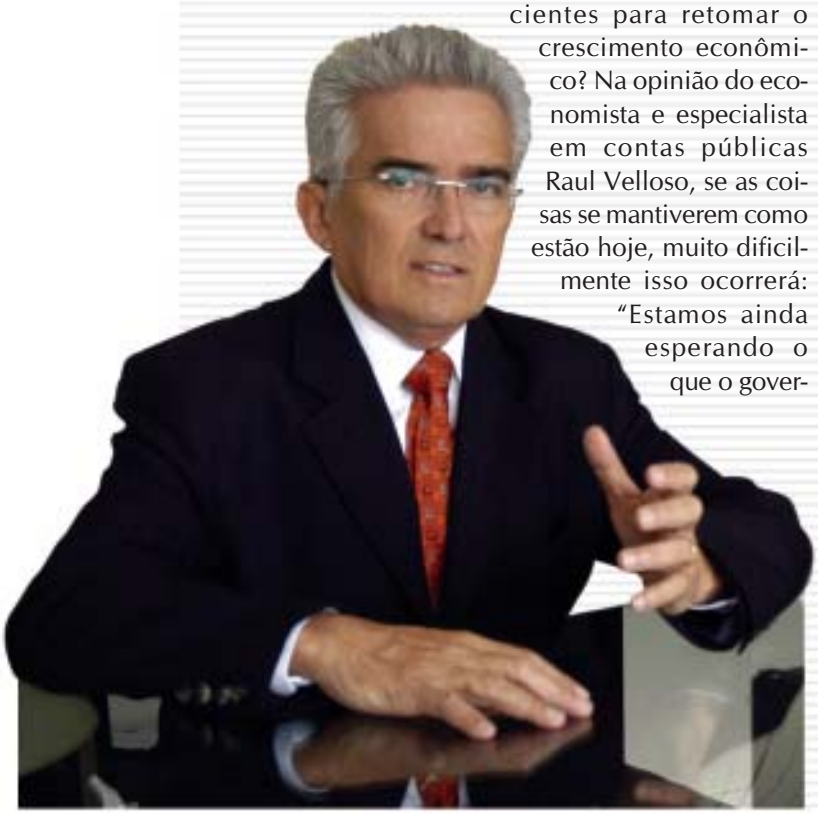
Em um bosque nativo com 60.000m², o hotel apresenta em sua estrutura de lazer 4 piscinas, 2 campos de futebol *society*, quadra de tênis, poliesportiva e de vôlei de areia, churrasqueiras e trilhas para caminhadas. ■

"O PT é tão conservador quanto o PSDB"

Em entrevista à Revista Fenacon em Serviços, o economista Raul Velloso comenta a política econômica do governo Lula e diz que o crescimento depende da aprovação das reformas

Desde a primeira eleição do petista Luiz Inácio Lula da Silva, para a presidência da República, os brasileiros estão esperando por uma mudança na política econômica que possibilite o crescimento do país em patamares mais elevados. Foram quatro anos de espera em vão. Reeleito, o presidente Lula volta a fazer promessas. Diz que vai criar as condições para que o país volte a crescer. Com isso renascem as expectativas dos brasileiros.

Mas será que as medidas anunciadas são suficientes para retomar o crescimento econômico? Na opinião do economista e especialista em contas públicas Raul Velloso, se as coisas se mantiverem como estão hoje, muito dificilmente isso ocorrerá: "Estamos ainda esperando o que o governo vai anunciar em matéria de mudança".



Segundo Raul Velloso, o governo terá de fazer mudanças que levem à recuperação dos investimentos e à redução da carga tributária, além de cortar gastos correntes.

Revista Fencon em Serviços – Por que o Brasil não cresceu o quanto o governo previa? O que deu errado?

Raul Velloso – No primeiro mandato, o governo teve de gastar muita energia para convencer os investidores em títulos públicos de que não iria fazer a intervenção no mercado de títulos que se temia. A crise de 2002 se arrastou até 2003, quando teve de combater a inflação causada pelo choque cambial desfavorável de outubro de 2002, em boa medida causado pelo que se convencionou chamar "medo do Lula". Depois veio a crise das denúncias de corrupção e a frouxidão fiscal pré-eleitoral. Nesses termos, a taxa de investimento não cresceu o que se esperava, e o governo acabou amargando uma grande frustração nas suas metas de crescimento. Nada disso, contudo, mexeu com a popularidade do presidente que, como todos sabemos, foi reeleito para mais um mandato.

RFS – Há uma efetiva diferença entre a política econômica do governo do PT e a do PSDB?

RV – Ao final, está-se vendo que a política macroeconômica do primeiro governo Lula foi tão conservadora quanto a do PSDB que lhe precedeu.

RFS – O senhor acha que no próximo ano o Brasil vai crescer o prometido pelo governo?

RV – Dificilmente, se as coisas se mantiverem como estão hoje. Estamos ainda esperando o que o governo vai anunciar em matéria de mudança.

RFS – O que o governo precisa fazer para que isso ocorra? Se mantiver a mesma política econômica, será possível crescer o prometido?

RV – O governo precisará manter, basicamente, a política macroeconômica que vem seguindo, com exceção da parte fiscal. Aqui terá de anunciar mudanças que levem a cortes dos gastos correntes, recuperação dos investimentos e redução da carga tributária. Além disso, terá de remover vários obstáculos cujo equacionamento depende exclusivamente de si próprio.

RFS – O senhor concorda com a política monetária?

RV – Em linhas gerais, sim, pois o objetivo único dessa política é manter a inflação ao redor da meta oficial.

RFS – Caso o governo não consiga reduzir suas contas, haverá crescimento acima dos tímidos 3%?

RV – Não dá ainda para dizer se o governo vai ou não cortar seus gastos, antes de que o pacote fiscal que está sendo gestado nas oficinas do ministério da fazenda venha a público. Os sinais emitidos até agora não são, contudo, muito alvissareiros. Só que, se não houver medidas de redução de gasto, dificilmente a economia volta a crescer acima de sua atual taxa potencial, cerca de 2,7% ao ano.

RFS – Será que nesse segundo mandato o governo consegue se articular para aprovação da Reforma Tributária?

RV – Não consigo enxergar nenhuma chance de a reforma tributária que vem sendo cogitada nos últimos ser aprovada. A prioridade é corte de gastos, e a disputa federativa que já está nas ruas impedirá qualquer reforma que abranja o ICMS, principal tributo subnacional.

RFS – Existe uma unanimidade em torno da necessidade de se fazer uma Reforma Tributária ampla e profunda. Por que não se consegue consenso para aprovação dessa Reforma?

RV – A razão básica é que ninguém quer ser ameaçado de perder receita, especialmente agora que se fala muito em corte de gastos correntes, desoneração tributária e aumento dos investimentos públicos.

A razão básica de a Reforma Tributária ainda não ter sido aprovada é que ninguém quer perder receita

RFS – Como seria o Sistema Tributário mais adequado para o Brasil?

RV – É muito difícil responder a essa pergunta, sem dedicar todo o espaço disponível a ela. De qualquer forma, há pouca dúvida de que precisamos caminhar para um sistema não tão voltado para o aumento de arrecadação, e, portanto, cheio de tributos ineficientes.No momento, a reforma tributária que faz sentido é a que implica em corte de impostos. Mais adiante, devemos cuidar de melhorar a qualidade dos impostos e da simplificação tributária.

RFS – O senhor acredita que haverá crescimento nos patamares esperados sem redução dos tributos?

RV – É muito difícil crescer sem uma grande retomada de investimento tanto do setor público, como do setor privado. Neste último caso, será difícil aumentar investimentos na presença de uma carga tributária tão elevada e com tantos obstáculos ao florescimento de novos investimentos.

RFS – Para gerar empregos, quais as medidas que o governo precisa tomar?

RV – O emprego virá naturalmente com o aumento do investimento e da capacidade de produção da economia.

RFS – Em linhas gerais, o que podemos esperar do segundo governo do presidente Lula?

RV – Há muita expectativa favorável, inclusive de que encaminhe reformas críticas como a dos gastos (com destaque para a da Previdência) e a trabalhista, cruciais para retomar o crescimento e o emprego, mas os sinais sobre isso ainda estão muito contraditórios.

RFS – O senhor acredita que, no segundo mandato, o presidente Lula conseguirá um pacto com a oposição para aprovar as reformas necessárias?

RV – Se as reformas estiverem corretas, não consigo ver a oposição ao governo Lula se furtar a cumprir sua parte na difícil tarefa de desenvolver o País e promover o crescimento. ■

CNAE altera códigos do setor de Serviços

A partir de 1º de janeiro de 2007, todos os documentos oficiais que informam o código CNAE devem ser preenchidos de acordo com a nova classificação, revisada pelo IBGE

Por Marilda Bezerra

Magdalena: Os empresários contábeis são parceiros importantes na implantação da CNAE 2.0

Os diretores da Fenacon e os dirigentes dos Sindicatos filiados assistiram à palestra da assessora do IBGE, Magdalena Gronenberger, sobre a alteração da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), realizada no dia 30 de novembro, em Brasília, durante a programação da Assembléia do Conselho de Representantes da Fenacon.

Magdalena Gronenberger disse que os empresários contábeis são parceiros fundamentais na construção do sistema de informações econômicas do país. "Metade das informações utilizadas para elaborar o Produto Interno Bruto do País (PIB) é fornecida pela CNAE, um dado que os empresários contábeis informam no momento da abertura das empresas e no preenchimento dos documentos oficiais", explica .

A nova CNAE foi revisada recentemente pela Comissão Nacional de Classificação (Concla), do IBGE. Os trabalhos de revisão, feitos de acordo com o cronograma de revisão da classificação internacional no âmbito da ONU, terminaram em agosto passado, e a nova CNAE entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2007.

Mudanças – A necessidade de seguir o padrão internacional de classificação e o surgimento de novas atividades econômicas levaram à revisão da CNAE 1.0. As mudanças mais significativas são: a criação de nova seção que reúne as atividades de informação e comunicação; ampliação das categorias do setor de Serviços; e a criação de uma grande categoria que agrupa e detalha as atividades ligadas ao meio ambiente, especialmente ao ciclo da água e a atividades de gestão de resíduos.

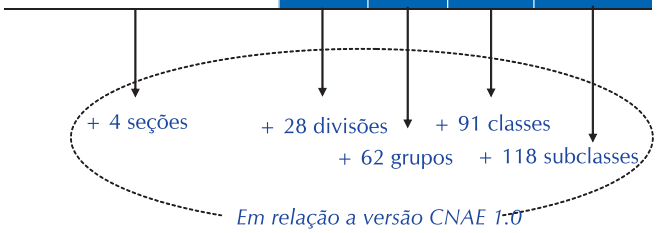
Magdalena destaca a expansão dos códigos referentes às atividades do setor de Serviços. "Em função da grande expansão do setor nos últimos anos, houve necessidade de ampliar a classificação para registrar as novas atividades", explica a consultora do IBGE.

Para seguir o padrão internacional, todos os códigos CNAE de subclasses mudam na nova versão e passam a ter sete dígitos, mas 80% permanecem com idêntico conteúdo. Outra mudança é que a CNAE-Fiscal é substituída pela CNAE-subclasses.

Vigência – A partir de 1º de janeiro de 2007, todos os documentos oficiais que informam o código CNAE devem ser preenchidos de acordo com a nova classificação. Magdalena destacou que a revisão apresenta oportunidade de melhoria na atribui-

1) Quadro resumo CNAE 2.0 - subclasses

21 Seções CNAE 2.0 - subclasses	Divisões	Grupos	Classes	Subclasses (Fiscal)
TOTAL	87	285	672	1301



2) Estrutura detalhada CNA 2.0: Código e Denominações

código CNAE 2.0			Denominação
	Classe	Subclasse	
A			AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQÜICULTURA
01			AGRICULTURA, PECUÁRIA E SERVIÇOS RELACIONADOS
01.1			*Produção de lavouras temporárias*
	01.11-3		Cultivo de cereais
		0111-3/01	Cultivo de arroz
		0111-3/02	Cultivo de milho
		0111-3/03	Cultivo de trigo
		0111-3/99	Cultivo de outros cereais não especificados anteriormente

3) Tabelas de correspondência

CNAE -Fiscal 1.1 (versão atual)		CNAE 2.0 - subclasses (D.O.U. 05/09/2006)	
código	descrição	código	descri ção
5050-4/00	Comércio a varejo de combustíveis e lubrificantes para veículos automotores	4731-8/00	Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores
		4732-6/00	Comércio varejista de lubrificantes

Indefinição na passagem para versão 2.0

4) Tabelas de correspondência

CNAE-Fiscal 1.1 (versão atual)		CNAE 2.0 - subclasses (D.O.U. 05/09/2006)	
código	denominação	código	denominação
5153-5/02	Comércio atacadista de cimento	5/00-4674	Comércio atacadista de cimento

80% dos códigos atuais

5) Banco de descritores

Código	DENOMINAÇÃO DO CÓDIGO CNAE 2.0
4731-8/00	Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores
4732-6/00	Comércio varejista de lubrificantes

Código	DESCRITORES
4731-8/00	ÁLCOOL CARBURANTE; COMÉRCIO VAREJISTA DE
4731-8/00	AUTO POSTO
4731-8/00	GÁS NATURAL PARA VEÍCULOS (GNV); COMÉRCIO DE
4731-8/00	GASOLINA PARA VEÍCULOS; COMÉRCIO VAREJISTA DE
4731-8/00	ÓLEO DIESEL PARA VEÍCULOS; COMÉRCIO VAREJISTA DE
4731-8/00	POSTO DE ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS
4731-8/00	POSTO DE COMBUSTÍVEL
4731-8/00	POSTO DE GASOLINA
4732-6/00	ADITIVOS PARA LUBRIFICANTES; COMERCIO VAREJISTA DE
4732-6/00	GRAXAS; COMERCIO VAREJISTA DE
4732-6/00	LUBRIFICANTES EM GERAL; COMERCIO VAREJISTA DE
4732-6/00	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTOR; COMERCIO VAREJISTA DE

ção de códigos aos estabelecimentos empresariais, mas também será um desafio, especialmente para os empresários contábeis, que devem estar muito atentos às alterações.

Para facilitar a execução, o IBGE colocou à disposição, em seu *site*, uma série de documentos e instrumentos de apoio aos usuários.

1 - A estrutura detalhada da CNAE, contendo códigos e denominações (tabelas 1 e 2).

2 - Tabelas de correspondências, que mostram a passagem dos códigos da versão atual para a nova versão e vice-versa. A tabela de correspondência da CNAE 1.0 para CNAE 2.0 será útil para o preenchimento das declarações de 2007. Embora todos os códigos tenham mudado a chave numérica, das 1.183 subclasses existentes na versão atual, 942 têm correspondência direta com a nova versão, a CNAE 2.0, ou seja, muda o código, mas a descrição da atividade permanece a mesma. Para as demais, a tabela apresenta as possibilidades de correspondência. Nesse caso, o usuário deverá definir a opção mais adequada a cada caso (tabelas 3 e 4).

3 - Notas explicativas com a descrição do conteúdo de cada categoria. Trata-se de um instrumento muito útil para a correta codificação da atividade econômica, que deve ser consultado sempre que se for definir um código em que não há correspondente direto na nova classificação;

4 - Banco de descritores, que é a lista da forma mais completa possível das atividades que compõem cada categoria, definido para os níveis de classes e subclasses (tabela 5).

5 - O aplicativo para realização de pesquisa "Pesquisa CNAE" é um programa de busca de código CNAE para classes e subclasses com base na descrição da atividade e no banco de descritores, disponível no endereço www.cnae.ibge.gov.br

6 - Central de dúvidas: os usuários podem tirar as dúvidas pelo e-mail canae@ibge.gov.br

7 - *Site* www.ibge.gov.br/concla, com todas as informações sobre as classificações estatísticas e os instrumentos de apoio para consulta e *download*. ■

COAF aperta o cerco contra fraudes

Josué José Tobias

O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) estabelece nova resolução para combater os crimes de legalização de dinheiro ou ocultação de bens. Informações sobre as transações imobiliárias iguais ou superiores a R$ 100 mil ou suspeitas deverão ser informadas a esse conselho.

O Diário Oficial da União do dia 25/10/2006 publicou a Resolução nº 14 do COAF, que dispõe sobre os procedimentos que devem ser observados pelas pessoas jurídicas que exercem atividades de promoção imobiliária ou compra e venda de imóveis. Essa norma entrou em vigor 30 (trinta) dias após sua publicação e já produz efeitos. Seu objetivo é prevenir e combater os crimes de "lavagem" de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores.

O objetivo do COAF é prevenir e combater os crimes de "lavagem" de dinheiro

Estão sujeitas à Resolução 14 as seguintes pessoas jurídicas: construtoras; incorporadoras; loteadoras; leiloeiras de imóveis; administradoras de bens imóveis; e cooperativas habitacionais.

Essas empresas, no exercício de suas atividades, ainda que em caráter permanente ou eventual, de forma principal ou acessória, cumulativamente ou não, devem cadastrar-se e manter seu cadastro atualizado no COAF, nos termos da Resolução, de seus clientes e de todos os intervenientes (compradores, vendedores, seus cônjuges ou companheiros, administradores ou controladores, e, quando se tratar de pessoa jurídica, procuradores, representantes legais, corretores, advogados ou qualquer outro participante no negócio).

Cabe a esse segmento empresarial manter registro de toda a transação imobiliária igual ou superior a R$ 100 mil, com informações sobre a identificação do imóvel como sua descrição, endereço, número da matrícula e data do registro no cartório de imóveis e a identificação da transação imobiliária, constando data, valor, condições e forma de pagamento.

Essas empresas passaram a ter uma participação ativa no combate à corrupção e à "lavagem" de dinheiro, pois, além da obrigatoriedade do desenvolvimento e implementação dos procedimentos de controle interno para detectarem as operações que possam conter indícios desses crimes, tratados pela Lei nº 9.613/98, devem comunicar ao COAF, no prazo de 24 horas, as transações imobiliárias cujo pagamento ou recebimento seja igual ou superior a R$ 100 mil. A contagem é feita a partir da data de realização do negócio. As operações suspeitas também devem ser comunicadas.

Até 30 (trinta) dias após o término de cada semestre, deverá ser declarada ao COAF a não-ocorrência de tais transações ou propostas.

As informações/comunicações devem ser encaminhadas ao COAF por meio de formulário eletrônico disponível na página do COAF (www.fazenda.gov.br/coaf), as quais são consideradas

confidenciais, nos termos da Lei nº 8.159/91 que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.

As empresas imobiliárias devem conservar os cadastros e registros previstos na Resolução durante o período mínimo de cinco anos, contados da efetivação do negócio. A qualquer tempo, o COAF poderá requisitar informações.

O descumprimento dessa Resolução por parte das empresas imobiliárias ou de seus administradores é grave e estes poderão sofrer as sanções previstas no artigo 12 da Lei nº 9.613/98, regulamentada pelo Decreto nº 2.799/98, e pela Portaria nº 330/98 do Ministério da Fazenda.

As penalidades consistem em (I) advertência; (II) multa pecuniária variável, de 1% (um por cento) até o dobro do valor da operação, ou até 200% (duzentos por cento) do lucro obtido ou que presumivelmente seria obtido pela realização da operação, ou, ainda, multa de até R$ 200 mil, inabilitação temporária, pelo prazo de até dez anos, para o exercício do cargo de administrador e cassação da licença para operar ou funcionar.

O setor imobiliário deve se preparar para cumprir as exigências dessa Resolução, pois, deverá prestar informações ao COAF a respeito do modo como atuam as instituições financeiras. É certo que é uma exigência a mais para esse segmento que já contribui com o Conselho por meio do Programa Gerador da Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias (Dimob). Para essa declaração, as empresas imobiliárias fornecem os dados de suas operações para a Receita Federal e o Banco Central, mas esse é mais um controle no setor imobiliário e é válido o esforço conjunto de todos os setores da economia para combater qualquer tipo de crime.

A íntegra da Resolução nº 14 do COAF, incluindo o anexo que menciona as operações consideradas suspeitas, pode ser obtida na página eletrônica (www.fazenda.gov.br), no item legislação e normas. ■

Josué José Tobias é assessor jurídico da Fenacon e especialista em Direito Público

Empreender é preciso

Para obter sucesso nos negócios, além de possuir habilidades empreendedoras, o empresário precisa conhecer as técnicas de gestão de empresas

Por Marilda Bezerra

O empreendedorismo cresce a cada dia no mundo inteiro. A razão desse avanço, segundo especialistas, está relacionada com a diminuição da oferta de empregos formais, com as constantes mudanças nas relações de trabalho e emprego e com a necessidade de as empresas se tornarem cada vez mais competitivas.

Nos países europeus, a proteção social ao trabalhador (*welfare state*) foi drasticamente reduzida, o que trouxe mudanças nas relações de trabalho e emprego. Outro desafio são as inovações trazidas pela tecnologia da informação, que acabaram por desafiar empresários, trabalhadores e governos a buscarem novos produtos e novos meios de produção, para garantir economias sólidas. Foi na Inglaterra – no período após Margareth Thatcher – que essa visão de empreendedorismo se difundiu.

No Brasil, o empreendedorismo começou a ganhar força na década de 1990, durante a abertura da economia. A entrada de produtos importados e a globalização fizeram as empresas brasileiras, de todos os portes e setores, se ajustarem ao restante do mundo.

Uma pesquisa realizada pelo Global Entrepreneurship Monitor (GEM), com 40 países de todos os continentes e dos mais variados graus de desenvolvimento econômico e social, aponta o Brasil como um dos países mais empreendedores do mundo, ocupando o sétimo lugar. Para o gerente de Atendimento Individual do Sebrae Nacional, Ênio Pinto, o povo brasileiro reúne uma série de características, como a criatividade, o dinamismo e a motivação, que contribuem fortemente para esse resultado.

Outro fator que leva o brasileiro a empreender é a falta de emprego formal. Desse ponto de vista, a motivação para abrir um negócio, muitas vezes, deixa de ser a percepção de um novo nicho de mercado e passa a ser simplesmente a falta de alternativas satisfatórias de ocupação e de obtenção de renda. Com o constante aumento do desemprego, muitos brasileiros abrem um negócio porque não conseguem uma colocação satisfatória no mercado de trabalho, seja por falta de qualificação, seja por falta de vagas.

Abrir uma empresa não é suficiente para garantir a segurança financeira, pois o novo empresário precisa saber o que fazer para sobreviver no mercado. Dados do Sebrae mostram que metade dos novos negócios não passa dos dois primeiros anos. A razão desse alto índice de mortalidade das empresas é, segundo Ênio, a falta de conhecimento de técnicas de gestão. "É fundamental que os empresários saibam planejar, traçar estratégias e ter contro-

Muitos brasileiros só abrem um negócio próprio porque não conseguem colocação no mercado de trabalho

les eficientes para acompanhar o seu negócio, além de conhecer os reais números de suas empresas."

O administrador de empresas Sérgio Dal Sasso diz que, para ter sucesso nos negócios, é importante o empresário ser capaz de perceber as oportunidades e de criar soluções que gerem crescimento. "Em tudo o que fazemos, é preciso absorver vivência e experiência, que, entre erros e acertos, devem acumular conhecimento para produção de resultados", diz.

"O empreendedor deve saber criar condições para a descoberta e o aproveitamento de oportunidades para novos negócios. O empreendedorismo possibilita a reformulação ou a energização de empresas antigas, que já entraram naquela fase de sobrevivência ou de decadência no mercado", diz o empresário e autor do livro *Tchau, Patrão*, Eder Bolson.

A força que empurra o empresário para o sucesso é a vontade de enfrentar o desafio e abrir o próprio negócio. Mas, somada a essa vontade, deve haver a disposição para adquirir conhecimentos e desenvolver comportamentos adequados a empreendedores. Ênio Pinto alerta que o sucesso nos negócios vem, ao mesmo tempo, das características próprias de empreendedor e do conhecimento das técnicas de gestão empresarial. "Somente a junção desses dois fatores é capaz de levar o empresário ao sucesso", afirma Ênio.

Além da falta de preparação para o mundo dos negócios, o empreendedor brasileiro tem que conviver com o excesso de burocracia e a alta carga tributária. Pesquisa divulgada pelo Banco Mundial mostra que o empresário brasileiro é o que mais perde tempo com impostos e com burocracia, pois aquele que quiser compreender – e se manter atualizado – sobre o sistema tributário brasileiro necessitará dedicar algumas centenas de horas a isso, ou dispor de uma boa assessoria, remunerada, que faça isso por ele.

Mesmo com tantos problemas, há quem acredite ser possível melhorar a *performance* do empreendedor no Brasil. Segundo Ênio Pinto, o aprendizado de técnicas de gestão e o desenvolvimento de habilidades empreendedoras podem evitar a morte de muitas empresas. "Atualmente, além dos cursos de formação em técnicas de gestão, são oferecidos treinamentos específicos para o desenvolvimento do perfil empreendedor", afirma.

Segundo Eder Bolson, com cursos nessa área, é possível desenvolver o empreendedorismo. "A educação empreendedora não foca conhecimentos e habilidades como o ensino fundamental, foca atitudes e planejamento. No perfil necessário a um empreendedor, estão tolerância ao risco, visão, sonho, criatividade, liderança, inteligência emocional, aspiração por dinheiro ou reconhecimento, autoconfiança, poder de implementação, decisão e capacidade de construir bons relacionamentos", explica Bolson.

O dilema dos empresários em relação ao excesso de burocracia também está sendo minimizado. A Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, aprovada recentemente no Congresso Nacional, prevê a simplificação de muitos dos procedimentos de abertura, manutenção e encerramento das micros e pequenas empresas.

Além da Lei Geral, o projeto que cria a Rede Nacional de Simplificação do Registro e da Legali-

Sérgio Dal Sasso:
Para ter sucesso nos negócios, o empresário precisa saber identificar as oportunidades

zação de Empresas e Negócios, a Redesim, que encontra-se em tramitação no Congresso Nacional, também vai reduzir a burocracia nos procedimentos de abertura, manutenção e baixa de empresas.

Segundo o presidente da Fenacon, Carlos Castro, a aprovação desses dois projetos vai facilitar e muito a vida do empresário brasileiro. "Além da diminuição da burocracia, a Lei Geral prevê a adoção de facilidades de acesso ao crédito. O projeto que cria a Redesim, por sua vez, vai utilizar as tecnologias da informação para facilitar o trânsito de dados entre os órgãos responsáveis pela abertura e manutenção de empresas", explica Castro.

Características que transformam o empreendedor em vencedor

Iniciativa - O empreendedor não fica esperando que os outros (o governo, o empregador, o parente, o padrinho) resolvam seus problemas. O empreendedor é uma pessoa que gosta de começar coisas novas, iniciá-las. A iniciativa, enfim, é a capacidade daquele que, tendo um problema qualquer, age: arregaça as mangas e parte para a solução.

Autoconfiança - O empreendedor acredita em si mesmo. Se não acreditasse, seria difícil para ele tomar a iniciativa. A crença em si mesmo faz o indivíduo arriscar mais, ousar, oferecer-se para realizar tarefas desafiadoras, enfim, torna-o mais empreendedor.

Aceitação do risco - O empreendedor aceita riscos, ainda que muitas vezes seja cauteloso e precavido contra imprevistos. A verdade é que o empreendedor sabe que não existe sucesso sem alguma dose de aposta. Por esse motivo, ele o aceita em alguma medida.

Destemor do fracasso e da rejeição - O empreendedor fará tudo o que for necessário para não fracassar, mas não é atormentado pelo medo paralisante do fracasso. Pessoas com grande amor próprio e medo do fracasso preferem não tentar correr o risco de errar, ficando, então, paralisadas. O empreendedor acredita.

Decisão e responsabilidade - O empreendedor não fica esperando que os outros decidam por ele. O empreendedor toma decisões e aceita as responsabilidades que acarretam.

Energia - É necessária uma dose de energia para se lançar em novas realizações, que usualmente exigem intensos esforços iniciais. O empreendedor dispõe dessa reserva de energia, vinda provavelmente de seu entusiasmo e motivação.

Automotivação e entusiasmo - O empreendedor é dotado de uma automotivação provocada por desafios e tarefas em que acredita. Não necessita de prêmios externos, como compensação financeira. Como conseqüência de sua motivação, o empreendedor possui um grande entusiasmo por suas idéias e projetos.

Controle - O empreendedor acredita que sua realização depende de si mesmo e não de forças externas sobre as quais não tem controle. Ele se vê como capaz de controlar a si mesmo e de influenciar o meio de tal modo que possa atingir seus objetivos.

Espírito de equipe - O empreendedor em geral não é somente um fazedor, no sentido obreiro da palavra. Ele cria equipe, delega, acredita nos outros, obtém resultados por meio de outros.

Otimismo - O empreendedor é otimista, o que não quer dizer sonhador ou iludido. Acredita nas possibilidades que o mundo oferece, na possibilidade de solução dos problemas, no potencial de desenvolvimento.

Persistência - O empreendedor, por estar motivado, convicto, entusiasmado e crente nas possibilidades, é capaz de persistir até que o negócio comece a funcionar adequadamente. ■

Fonte: www.e-commerce.org.br

Atuação do contador na área trabalhista

Leandro Krobath

No final da década de 90, o escritório contábil e contadores, graças a um processo de modernização e desenvolvimento, deixaram de ser apenas um guarda-livros e passaram a atuar como consultores contábeis ou empresariais, aptos a cumprir, assim, a demanda por novas áreas e mercados mais amplos e comercializar seus serviços.

Nesse sentido, o contabilista vem contribuindo decisivamente para o aumento dos negócios de seus clientes, parceiros e mercado de trabalho.

Em países desenvolvidos da Europa e nos EUA, 40% das empresas terceirizam parcial ou integralmente algumas das atividades de seus Recursos Humanos, o que permite a seus gestores investir mais de seu tempo útil em ações estratégicas. Mais do que um simples crescimento, essa tendência à terceirização tem tornado as empresas mais competitivas, agressivas e enxutas, com condições de melhorar sua lucratividade. Nesse sentido, o contabilista com experiência na área de Pessoal, Trabalhista e de RH é capaz de executar todas as rotinas, principalmente pelo fato de ser um profissional eclético, de ampla visão, em cumprimento às exigências das leis, com flexibilidade, de acordo com as necessidades do cliente e os resultados esperados.

O desenvolvimento de talentos, a busca de profissionais com as competências necessárias à organização e ao mercado, é o primeiro desafio para a criação de um time reforçado, de primeira linha, como o de consultores empresariais. Para suprir as novas exigências do mercado, é fundamental formação acadêmica e atualização e aperfeiçoamento do profissional.

O profissional contabilista deve ser humanista, com compreensão do meio social político e econômico

O contabilista deve ser um cidadão ético, pró-ativo, com crescente autonomia intelectual, criativo, motivado, com flexibilidade para se adaptar às constantes mudanças, focado na melhoria e aprendizagem contínua, capaz de empreender negócios próprios ou desenvolver projetos para terceiros em empresas já constituídas. O profissional contabilista deve ser humanista, com compreensão do meio social, político, econômico e cultural em que está inserido. Além disso, deve ter autonomia, versatilidade, criatividade e habilidade para resolver problemas em diferentes contextos organizacionais e sociais, como agente multiplicador da missão, dos objetivos e das políticas internas da empresa.

Com um mercado amplo e promissor, principalmente para profissionais da área contábil, o setor de consultoria e assessoria empresarial cresce a cada dia. Toda empresa tem sua folha de pagamento, suas obrigações, seus benefícios, sua estrutura organizacional, e isso requer profissionais habilitados para cuidar de tudo. Portanto, cabe aos profissionais se aperfeiçoarem e aproveitarem a oportunidade de um mercado cada dia mais amplo, aberto aos contabilistas. ■

Leandro Krobath é consultor empresarial da Borges & Krobath Consultoria Empresarial

Lei Geral: a vez dos pequenos

Depois de três anos de tramitação e muita negociação entre os partidos e o governo, o Congresso Nacional aprovou a Lei Geral, o maior pacote de incentivo aos pequenos negócios

Por Marilda Bezerra

Ediney Marciano da Silva, de 29 anos, pensa em antecipar o projeto de crescimento de sua microempresa, a *Novo Milenium Informática*, que presta serviços de manutenção em equipamentos de informática, em Brasília. Com um movimento anual de até R$ 120 mil, Ediney, agora, pode dobrar o faturamento, sem aumento na alíquota de imposto. Isso será possível com a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, aprovada, em segundo turno, na Câmara dos Deputados, no dia 22 de novembro.

Ediney comemora a aprovação da lei e diz que há muito esperava uma providência do governo para diminuir os encargos e a burocracia para a micro e pequena empresa. "A burocracia é muito grande. Para conseguir atender à legislação e administrar meu pequeno negócio, tive que fazer vários cursos, mas, mesmo assim, ainda perco muito tempo só para atender ao fisco", diz.

Além da redução dos tributos para a micro e pequena empresa, segundo o relator do projeto na Câmara, o deputado Luiz Carlos Hauly, a Lei Geral traz uma série de outros benefícios para a economia brasileira. "O projeto prevê ainda a adoção de facilidades de acesso ao crédito, diminuição da burocracia e preferências nas licitações públicas", diz Hauly.

O presidente da Fenacon, Carlos Castro, comemora a aprovação da Lei Geral e diz que se trata de uma das leis mais significativas para a economia brasileira aprovadas nos últimos anos. Para Castro, um dos pontos centrais da lei é a simplificação para abertura e encerramento de empresas. "Com a diminuição da burocracia, podemos abrir uma empresa em até dois dias; e ainda tem a unificação de impostos: ao invés de várias guias de recolhimento, com datas e cálculos diferentes, haverá apenas um pagamento, com data e cálculo único de quitação, para nove impostos", comemora Carlos Castro.

A dispensa da Certidão Negativa de Débitos para encerrar uma empresa é, na opinião do vice-presidente institucional da Fenacon, Valdir Pietrobon, outro ponto importante para a desburocratização, pois vai facilitar a vida dos empreendedores, dos contabilistas e dos órgãos interessados. "Essa medida diminui o prazo de fechamento das empresas que não estão mais na ativa, o que, no Brasil, é um dos maiores do mundo", explica Valdir.

Carlos Castro lembra que a luta para incluir as empresas de serviços contábeis no Simples já vem há mais de dez anos e sempre com a resistência da Receita Federal. "A partir do momento em que a Receita Federal se der conta de que não irá perder, teremos mais condições de brigar pela inclusão de outros segmentos".

O deputado e contabilista Arnaldo Faria de Sá também comemora a inclusão das empresas de serviços contábeis no Simples e diz que isso vai abrir as portas para inclusão de outros segmentos do setor de Serviços. "Os segmentos que ficaram fora do Simples devem seguir o exemplo dos contabilistas e brigar pela inclusão", diz o deputado.

Ediney: com a aprovação da Lei Geral, penso em antecipar a ampliação de minha empresa

Dep. Arnaldo Faria de Sá: Os segmentos que ficaram fora do Simples devem brigar pela inclusão

Na avaliação de Arnaldo Faria de Sá, o mais importante da Lei Geral é que ela é o início da tão sonhada Reforma Tributária. "A simplificação do recolhimento dos impostos possibilitada pela Lei Geral é, sem dúvida, um importante item da Reforma Tributária".

Formalidade e geração de empregos - O presidente da Fenacon, Carlos Castro, reitera que o Congresso Nacional aprovou uma das leis mais cruciais para a retomada do crescimento da economia brasileira: "A Lei Geral vai impulsionar o crescimento da micro e pequena empresa, com grande repercussão em toda a economia".

Especialistas afirmam que os benefícios da Lei Geral criarão de 2 a 3 milhões de novos empregos formais, só no período de um ano, além de levar para a formalidade cerca de 13 milhões de trabalhadores de empresas informais sem carteira assinada. Com a Lei Geral, não apenas as empresas, mas também os trabalhadores vão migrar para a formalidade, dentro de um universo de aproximadamente 10 milhões de micros e pequenas empresas informais, que, graças à simplificação de procedimentos, à redução de burocracia e da carga tributária, previstos na Lei Geral, serão estimuladas à formalização de seus negócios.

O presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Paulo Safai Simão, acredita que os benefícios da Lei Geral vão atrair para a formalidade as empresas do segmento da construção civil informais. "Ninguém é informal porque quer; só permanece informal porque é o jeito. Os empreendedores nessa situação enfrentam problemas desde a área do Fisco à falta de crédito", diz Paulo Simão.

Na opinião do relator da matéria na Câmara, deputado Luiz Carlos Hauly, a Lei Geral é um importante instrumento de inclusão social. "É um projeto que estimula a formalização dos pequenos negócios e a inclusão dos pequenos empreendedores".

Renúncia fiscal - A renúncia fiscal prevista é de 5,4 bilhões ao ano, com as perdas concentradas na Receita Federal. Não haverá perdas para estados nem para municípios. "Trabalhei o projeto de tal maneira, que o ônus ficou todo na Receita Federal", diz Hauly. Essa renúncia, na verdade, não trará prejuízos para o governo. Um estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) mostra que a redução tributária facilitará o crescimento das empresas de pequeno porte, e isso, em pouco tempo, compensará em muito a perda imediata de arrecadação.

Ampliação dos negócios - A Lei Geral traz uma série de dispositivos que vai facilitar ao pequeno empresário ampliar seus negócios. Além da redução da burocracia, a nova lei dá a oportunidade de a microempresa participar das licitações públicas e desonera as exportações. "O objetivo é criar um ambiente propício para o microempresário expandir seu negócio", diz o assessor de Políticas Públicas do Sebrae, André Spínola.

Histórico

A aprovação do projeto da Lei Geral representa uma vitória de três anos de mobilização e de luta do Sebrae, de entidades parceiras ligadas ao segmento e dos próprios empresários de micros e pequenos negócios. O anteprojeto da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa nasceu em 2003, com o objetivo de criar novas regras para simplificar a legislação tributária, comercial e de crédito.

O Sebrae elaborou a proposta depois de ouvir

mais de seis mil empresários e líderes desses empreendimentos, além de especialistas. A proposta – construída em parceria com organizações governamentais e representativas de classes – tem o intuito de uniformizar a legislação nos três âmbitos de governo e reduzir a informalidade, criando um ambiente mais propício ao desenvolvimento e fortalecimento dos pequenos negócios.

A Fenacon, tão logo tomou conhecimento da magnitude da proposta do Sebrae, passou a participar ativamente das ações de elaboração do anteprojeto e aprovação do projeto de lei. Durante todo o período, a Fenacon esteve presente, colaborando para melhorar o texto do projeto e defendendo a aprovação da Lei Geral.

O projeto da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa chegou à Câmara dos Deputados em maio de 2005, tendo sido apensadas 16 proposições sobre o mesmo assunto, cadastrado sob o número 123/2004, projeto do deputado Jutahy Magalhães. Para o cargo de relator, foi designado o deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR).

Na Comissão Especial, presidida pelo deputado Carlos Melles (PFL-MG), o projeto recebeu sugestões de diversas entidades representativas do setor. "No início, enfrentamos muitas resistências à Lei Geral, inclusive da Receita Federal. Mas, com o decorrer das discussões, a matéria foi tomando corpo, até ter o respaldo da sociedade brasileira e o aval de mais de 400 deputados. Com isso, a Receita Federal foi ficando sem argumento para ser contra", explica Melles.

No Congresso, a Fenacon teve participação importante no processo de votação e aprovação da Lei Geral

Mesmo depois de se chegar ao consenso sobre os principais pontos, o projeto ainda permaneceu mais de seis meses na pauta da Câmara, aguardando ser votado, devido ao trancamento da pauta pelas medidas provisórias. Finalmente, em setembro deste ano, chegou-se a um consenso, e a matéria foi aprovada na Câmara e seguiu para apreciação dos senadores.

No Senado, a Lei Geral sofreu alteração e voltou para nova apreciação na Câmara dos Deputados, que aprovou o projeto no último dia 22 de novembro.

Para o presidente da Fenacon, Carlos Castro, foi fundamental a participação de alguns parlamentares, em particular. "Somente foi possível chegar ao consenso que resultou na aprovação da matéria, devido ao grande espírito público e à responsabilidade política dos três deputados responsáveis pelas negociações com o governo federal. O deputado José Pimentel (PT-CE), a quem coube o papel de intermediário entre o governo federal e o Congresso; o presidente da Comissão Especial da Lei Geral na Câmara, deputado Carlos Melles (PFL-MG); e o relator Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR)."

Fenacon acompanha tramitação da Lei Geral no Congresso Nacional

O vice-presidente institucional da Fenacon, Valdir Pietrobon, que acompanhou a tramitação da Lei Geral no Congresso Nacional, também elogia a capacidade de negociação desses três parlamentares e também a habilidade do gerente de Políticas Públicas do Sebrae, Bruno Quick, atuações significativas para aprovação da Lei Geral. "Se não fosse o trabalho dessas pessoas, a Lei Geral correria o risco de se transformar em mais um daqueles assuntos que o Congresso discute por mais de dez anos e não vota por falta de consenso, como é o caso da reforma tributária e da reforma política", explica Pietrobon.

Conheça a Lei Geral

Vigência - Uma das modificações feitas pelos senadores foi a da data de vigência do capítulo da lei que trata da cobrança dos tributos, que passou de 1º de janeiro para 1º de julho de 2007. A secretaria da Receita Federal e fiscos estaduais alegaram que não haveria tempo hábil para implantação de um sistema específico para controle e fiscalização do novo regime. Os outros dispositivos da Lei Geral começam a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2007.

Atividades que podem aderir ao Supersimples - A nova lei amplia a lista das atividades que podem se beneficiar do Supersimples, como, por exemplo, as empresas de serviços contábeis, dentro do segmento de prestação de serviços.

Para o setor de serviços, o projeto institui três tabelas. A primeira é válida para atividades como creches, pré-escolas, agências de turismo ou agências lotéricas, com tributação de 6% a 17,42%. A segunda tabela se aplica a serviços como produção cultural e artística, transporte municipal de passageiros e escolas de línguas, que terão alíquotas de 4,5% a 16,85%. A terceira tabela destina-se a serviços como academias, elaboração de softwares e escritórios de contabilidade apresenta alíquotas diferenciadas segundo a relação proporcional de profissionais contratados e a receita bruta anual.

Dep. Carlos Melles: A negocição com a Receita Federal foi difícil

Empresas que podem pagar

1. Creches, pré-escolas e estabelecimentos de ensino fundamental;
2. Agência terceirizada de correios;
3. Agência de viagem e turismo;
4. Centro de formação de condutores de veículos automotores de transporte terrestre de passageiros e de carga;
5. Agência lotérica;
6. Serviços de manutenção e reparação de automóveis, caminhões, ônibus, outros veículos pesados, tratores, máquinas e equipamentos agrícolas;
7. Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores;
8. Serviços de manutenção e reparação de motocicletas, motonetas e bicicletas;
9. Serviços de instalação, manutenção e reparação de máquinas de escritório e de informática;
10. Serviços de reparos hidráulicos, elétricos, pintura e carpintaria em residências ou estabelecimentos civis ou empresariais, bem como manutenção e reparação de aparelhos eletrodomésticos;
11. Serviços de instalação e manutenção de aparelhos e sistemas de ar condicionado, refrigeração, ventilação, aquecimento e tratamento de ar em ambientes controlados;
12. Veículos de comunicação, de radiodifusão sonora e de sons e imagens, e mídia externa;
13. Empresas de construção de imóveis e obras de engenharia em geral, inclusive sob a forma de subempreitada;

As alíquotas podem variar de 4% a 13, 5% nas 20 faixas de tributação para as empresas cujo custo com a folha de salários seja maior ou igual a 40% da receita. Para as empresas com percentuais menores, há outros três índices de tributação (14%, 14,5% e 15%), válidos para qualquer faixa.

Alíquotas - Conhecido como Supersimples, a lei estabelece um regime tributário diferenciado para as micros e pequenas empresas que faturam até R$ 2,4 milhões por ano. As alíquotas nesse sistema variam de acordo com o faturamento e vão de 4% a 11,61% no comércio. Há acréscimos para as indústrias (meio percentual) e para as empresas do setor de serviços, em 50% a mais do que é cobrado no comércio. No caso da indústria, as alíquotas variam, nas mesmas faixas, de 4,5% a 12,11%.

Unificação - As empresas enquadradas no Supersimples vão pagar quase a totalidade dos tributos

tributos pelo Simples Nacional

14. Operadores autônomos de transporte de passageiros;
15. Empresas montadoras de estandes para feiras;
16. Escolas livres de línguas estrangeiras, artes, cursos técnicos e gerenciais;
17. Firmas de produção cultural e artística;
18. Firmas de produção cinematográfica e de artes cênicas;
19. Firmas de administração e locação de imóveis de terceiros, cumulativamente;
20. Academias de dança, de capoeira, de ioga e de artes marciais;
21. Academias de atividades físicas, desportivas, de natação e escolas de esportes;
22. Escritórios de decoração e paisagismo;
23. Firmas de elaboração de programas de computadores, inclusive jogos eletrônicos, desde que desenvolvidos em estabelecimento do optante;
24. Firmas de licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação;
25. Firmas de planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas, desde que realizados em estabelecimento do optante;
26. Escritórios de serviços contábeis;
27. Firmas de serviço de vigilância, limpeza ou conservação;
28. Escritórios de representação comercial e corretoras de seguros.

Dep. Luiz Carlos Hauly comemora a aprovação da Lei Geral

das três esferas de governo por meio de um único documento de arrecadação.

Desburocratização - Com a Lei Geral, sobrará tempo para o empreendedor brasileiro cuidar do seu negócio e não apenas atender ao fisco. A Lei vai desburocratizar os procedimentos de abertura, manutenção e encerramento de empresas, com a diminuição e racionalização das exigências de documentos e comprovantes para os pequenos empreendedores. Todas as exigências para abertura da empresa estarão disponíveis de uma só vez, para que o empresário saiba o que deve fazer para formalizar seu negócio.

Para os órgãos interessados na abertura e fechamento de empresas responsáveis pela emissão de licenças, alvarás e autorizações de funcionamento somente realizarão vistorias após o início de operação do estabelecimento, na grande maioria dos casos. Para garantir o funcionamento imediato da empresa, será emitido o Alvará de Funcionamento Provisório. O pequeno empreendedor, com a nova lei, pode gastar menos de dez dias para abrir sua microempresa.

A baixa da empresa será automática, mesmo com débitos tributários, que poderão ser assumidos

O Sebrae vai desenvolver ações para facilitar a implantação e evitar atrasos na regulamentação da Lei Geral

pelos sócios, liberando-os para abrir outros negócios, sem necessidade de esperar meses.

Licitações - De acordo com a Lei Geral, as empresas que integram o Supersimples poderão participar de licitações públicas com valores até R$ 80 mil. Além disso, a administração pública deverá exigir das grandes empresas que participam de licitações a subcontratação de micros ou pequenas empresas até 30% do total licitado.

Exportações - Os optantes pelo Simples terão uma grande redução de custos tributários, inclusive nas exportações. As de pequenas empresas serão desoneradas, levando a esse segmento benefícios já usufruídos pelas grandes empresas.

Obtenção de crédito - A Lei Geral prevê condições para melhoria nas garantias de crédito, o que facilitará o acesso dos pequenos negócios a empréstimos e financiamentos. Além disso, haverá um reforço ao cooperativismo de crédito e ao microcrédito.

Comitê Gestor - A Lei prevê que um Conselho Gestor, composto de dois representantes da Receita Federal, dois da Receita Previdenciária, dois de Estados e dois de municípios, que vai regulamentar uma série de dispositivos acerca da tributação.

André Spínola: A nomeação do comitê gestor deve ser feita o mais rápido possível

O assessor da Unidade de Políticas Públicas do Sebrae, André Spínola, alerta para a necessidade de nomear os membros do Conselho Gestor o quanto antes para evitar atrasos na vigência da Lei Geral. "É importante que esses membros sejam designados o mais rápido possível e também subsidiados com informações, estudos, pesquisas a respeito do tratamento tributário especial, que já existe para Micro e Pequena Empresa no Brasil, e que os benefícios se estendam aos estados e municípios como está previsto na Lei Geral."

Formação de consórcio para compras e vendas - A Lei possibilita a criação do consórcio simples, tipo de associação empresarial com o qual os pequenos negócios poderão se associar, com ganhos de escala, competitividade e acesso a novos mercados. Com maior poder de negociação, a micro e a pequena empresa poderão comprar melhor e vender melhor, fortalecendo o que se faz hoje por meio das centrais de negócios.

Regulamentação

Muitos pontos da Lei Geral ainda dependem de regulamentação para entrar em vigor. É um ponto que merece atenção, para evitar que se repita o que aconteceu com a Lei nº 9.841/99 (Estatuto da ME e EPP), que padece de quase absoluta inoperância devido à ausência de regulamentação.

Segundo André Spínola, o Sebrae está implementando um conjunto de ações para divulgar a Lei Geral, tais como: publicação de cartilhas e manuais que serão distribuídos aos empresários; elaboração de pareceres e estudos técnicos para facilitar a divulgação aos parceiros e à imprensa; a prestação de assistência técnica, por meio de áreas capacitadas do Sebrae, visando à disseminação do tema e ao atendimento a clientes e à montagem de uma rede de parceiros representantes. "Com essas ações, o Sebrae pretende facilitar a implementação da Lei Geral e evitar atrasos na regulamentação", explica André.

A Fenacon é parceira do Sebrae no trabalho de divulgação e implementação da Lei Geral. Nos próximos dias, será firmado um convênio entre as duas entidades, visando à divulgação da Lei Geral para os empresários contábeis. "Considero a aprovação da Lei Geral apenas a primeira etapa do trabalho, agora começamos outra luta, pela regulamentação e implementação", diz Carlos Castro.

Simulação - As tabelas abaixo mostram a simulação de duas situções em que as empresas de serviços contábeis optaram pelo Simples.

Empresa Contábil com receita bruta de R$ 20.000,00 e gastos com salários e encargos de 40% (R$ 8.000,00)

	Lucro Presumido		Lei Geral	
	%	Valor	%	Valor
Alíquota	11,33%	2.266,00	04,48%	896,00
INSS (20%) + Encargos de Terceiros (5,8%) + FGTS (8%) sobre folha de pagamentos de R$ 6.500,00 (base receita bruta)	11,00%	2.200,00	09,10%	1.820,00
ISS	05,00%	1.000,00	02,79%	558,00
Total com ISS	27,33%	5.466,00	16,37%	3.274,00
Total sem ISS	22,33%	4.466,00	13,58%	2.716,00
Ganhos Tributários	**R$**	**%**		
com ISS	2.192,00	40,10		
sem ISS	1.750,00	39,18		

Empresa Contábil com receita bruta de R$ 40.000,00 e gastos com salários e encargos de 40% (R$ 16.000,00)

	Lucro Presumido		Lei Geral	
	%	Valor	%	Valor
Aliquota	11,33%	4.532,00	05,44%	2.176,00
INSS (20%) + Encargos de Terceiros (5,8%) + FGTS (8%) sobre folha de pagamentos de R$ 13.000,00 (base receita bruta)	11,00%	4.400,00	09,10%	3.640,00
ISS	05,00%	2.000,00	03.84%	1.536,00
Total com ISS	27,33%	10.932,00	18,38%	7.352,00
Total sem ISS	22,33%	8.932,00	14,54%	5.816,00
Ganhos Tributários	**R$**	**%**		
com ISS	3.580,00	32,75		
sem ISS	3.11,00	34,89		

Alíquota de Lucro Presumido = IRPJ (4,8%) + CSLL (2,88%) + PIS (0,65%) + Cofins (3%) =11,33% sobre a receita bruta

Encargos sobre folha	**L. Presum.**	**Lei Geral**		
INSS 20%	1.300,00	1.300,00		
Encargos de Terceiros - 5,8%	377,00	-		
FGTS - 8%	520,00	520,00		
Total	2.197,00	1.820,00		
% Sobre a Folha	11,00%	09,10%		

Na hipótese de que a folha de pagamento e encargos sejam maiores ou iguais a 35% e menores que 40%, a alíquota da Lei Geral será 14%, independentemente de faixa de receita

Na hipótese de que a folha de pagamento e encargos sejam maiores ou iguais a 30% e menores que 35%, a alíquota da Lei Geral será 14,5%, independentemente de faixa de receita

Na hipótese de que a folha de pagamento e encargos sejam menores que 30%, a alíquota da Lei Geral será 15%, independentemente de faixa de receita

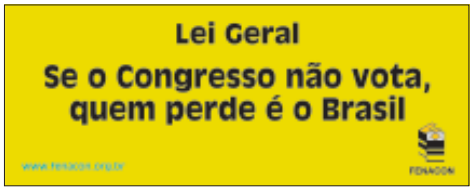
A participação da Fenacon na aprovação da Lei Geral

A Lei Geral da Micro e Pequena Empresa reúne as duas principais lutas da Fenacon: a desburocratização dos procedimentos de abertura, manutenção e encerramento de empresas e a redução da carga tributária.

"Simplificar os procedimentos de abertura, manutenção e encerramento de empresas é uma antiga luta da Fenacon, fundamental para reduzir os entraves burocráticos que emperram o crescimento do setor de Serviços", diz o vice-presidente institucional da entidade, Valdir Pietrobon.

Por isso, a Fenacon defendeu, no Congresso Nacional, a aprovação urgente da Lei Geral (*Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte*), recentemente aprovada no Congresso Nacional.

"Nessa luta, que representou um aprendizado de prática política para a classe empresarial de serviços, a Fenacon teve acesso aos principais interlocutores políticos, para chegar à aprovação da Lei Geral. Com o deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), relator do projeto, mantivemos uma relação de estreita colaboração, mas não descuidamos dos parlamentares fundamentais para o andamento do projeto, como o presidente da Comissão Especial, deputado Carlos Melles (PFL-MG); o interlocutor da Câmara com o governo federal, deputado José Pimentel (PT-CE); e o presidente da Câmara dos Deputados, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP)", explica Pietrobon.



Posteriormente, no Senado, além do relator do projeto, senador Luiz Octávio (PMDB-PA), a Fenacon contatou com todas as lideranças partidárias, indistintamente. "De todos eles, recebemos o compromisso de votarem o projeto ainda em 2006, o que de fato aconteceu", diz Pietrobon.

Na tentativa de sensibilizar os parlamentares em favor da Lei Geral, a Fenacon desenvolveu uma campanha permanente com a veiculação de vários painéis luminosos (*front lights),* com mensagens conclamando pela aprovação do projeto. Como as mensagens ficavam na saída do aeroporto em direção a Brasília, era impossível que senadores e deputados não a lessem, mesmo porque eram as mesmas divulgadas em cartazes nas dependências da Câmara Federal.

O assessor de Políticas Públicas do Sebrae, André Spínola, destaca a participação das entidades que apoiaram a Lei Geral. "A participação de entidades como a Fenacon foi muito importante para a aprovação da Lei Geral. Esse apoio mostrou aos parlamentares que se tratava de um projeto da sociedade e não apenas do Sebrae", diz André Spínola. ■

Trabalho em equipe, uma vantagem competitiva

Gilberto Wiesel

A idéia de trabalhar em equipe surgiu no momento em que o homem percebeu que a soma dos conhecimentos e habilidades individuais facilitaria atingir os objetivos. O surgimento constante de novas informações e a necessidade de maior conhecimento motivam cada vez mais essa forma de trabalho, ou seja, fazer com que um grupo, formado por pessoas diferentes, tenha objetivos comuns.

A verdade é que nem todas as empresas conseguem isto: transformar grupos de trabalho em equipes vencedoras, pois, quando falamos em equipes de trabalho, estamos nos referindo ao somatório de forças que vem do conhecimento e experiência, contudo, ao falarmos na formação dessa equipe, começamos a mencionar pessoas.

Essa, então, é a grande sacada, porque pessoas são dotadas de sentimentos individuais, expectativas únicas.

Toda equipe necessita de um líder capaz de orientar, mostrar caminhos e gerar grandes resultados

É fato que toda equipe necessita de um líder que seja capaz de orientar, mostrar caminhos e gerar grandes resultados. Ele deverá ser dotado de características, não somente técnicas, mas também comportamentais, como, por exemplo, ter carisma, humildade, sinceridade e compreensão. É dele a missão de inspirar, em seus colaboradores, a motivação para a conquista. O líder, portanto, é um modelo. Dessa forma, consegue motivar as pessoas e fazer com que elas se comprometam, transmitindo-lhes sinergia, amizade, companheirismo e satisfação. É, dessa forma, que nasce um time de vencedores, mantido, certamente, pela parceria de todos.

Cabe ressaltar também que as pessoas integradas nas equipes necessitam cultivar, até mesmo, valores como união, respeito, cooperação, participação, envolvimento e comprometimento.

Juntos somos fortes; nada mais verdadeiro do que essa frase. A sobrevivência de uma empresa está relacionada com seu conceito de união e como ela vai passar isso a seus colaboradores. Com o trabalho em conjunto, as pessoas desenvolvem seu espírito de cooperação e é dele que nasce o mais nobre dos sentimentos, o afeto.

A verdadeira equipe equilibra egos, ensaia com afinco a humildade de cada colaborador, treina intensivamente o reconhecimento, incentiva, com firmeza, a satisfação de todos. Equipes vencedoras são formadas por pessoas que não pensam somente em sua vitória pessoal, mas no todo. Vibram pelas conquistas dos colegas e entendem que o sucesso deles é também seu.

Alimentar o trabalho em equipe é, acima de tudo, uma questão de sobrevivência e exige dedicação e persistência. O resultado geral conquistado no conjunto de atitudes acentua o progresso de cada um.

Afinal, é em um grande time de vencedores que encontramos o alimento para nossas vitórias individuais. ■

Gilberto Wiesel é consultor de empresas, conferencista, graduado em Administração de Empresas.

Como lidar com o estresse no trabalho

Estresse em estágio avançado interfere negativamente na vida pessoal e profissional. Para evitar prejuízos, as empresas desenvolvem programas para melhorar a qualidade de vida de seus colaboradores

Por Marilda Bezerra

A secretária-executiva Elizabeth teve que mudar de emprego para poder viver com mais tranqüilidade. Sempre trabalhando mais de 12 horas por dia, Elizabeth vivia dividida entre as responsabilidades com o trabalho e a vida pessoal. "Minha vida era muito tumultuada. Eu saía cedo de casa e passava todo o dia em função do trabalho. Não tinha horário certo para almoçar, nem para ficar com meus filhos. Havia uma cobrança muito grande e eu vivia sempre sob tensão", diz Elizabeth.

Conciliar trabalho e vida pessoal tem sido um desafio constante para os trabalhadores de todo o mundo. O aumento da carga de trabalho, prazos apertados, competitividade acirrada, necessidade de aprendizado constante e, principalmente, relações conflituosas são as principais causas do estresse no ambiente de trabalho.

Quando o estresse começou a interferir na qualidade do trabalho de Elizabeth, vieram as reclamações dos chefes. "Percebi que não dava mais para viver com tanta tensão. Deixei o emprego e passei por um tratamento para aliviar o estresse. Depois disso, estabeleci uma outra rotina para minha vida. Faço todos os dias uma boa caminhada antes de ir para o trabalho, procuro não trabalhar mais que oito horas e, pelo menos três vezes por semana, almoço em casa com meus filhos", conta Elizabeth.

O administrador de empresas, Homero Reis, lamenta o fato de existirem empresas que não se preocupam com a qualidade de vida dos seus colaboradores. "Por terem uma visão equivocada do seu papel social, muitos empresários e gestores fazem de suas organizações 'fábricas de fazer doido'. Nas empresas sérias, os programas de qualidade de vida

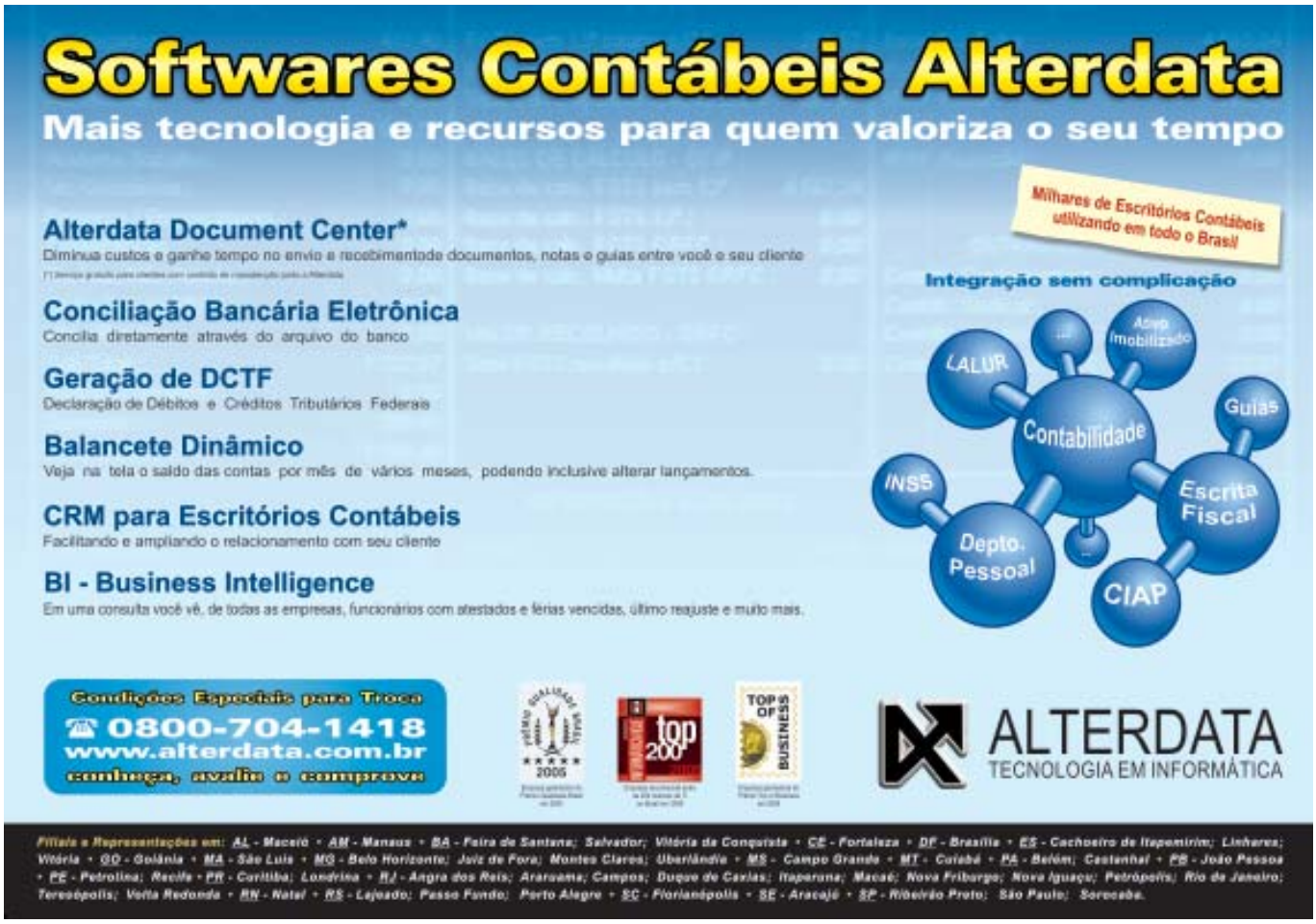
Alberto Ogata: o alto índice de estresse faz a pessoa perder a concentração e o trabalho não rende

no trabalho são elementos-chave de competência e produtividade, afirma Homero.

A principal causa do estresse no ambiente de trabalho, segundo o consultor de Empresas, Gilclér Regina, é a pressão por resultados, aliada a um ambiente de trabalho carregado, com competição exagerada e não sadia. "As pessoas sentem-se vigiadas, o que gera um ambiente de desconfiança e insegurança. Os funcionários têm a sensação de que podem ser tirados do time a qualquer momento."

Segundo o presidente da Associação Brasileira de Qualidade de Vida (ABQV), Alberto Ogata, o estresse interfere negativamente na qualidade de vida das pessoas e afeta a produtividade no trabalho. "Quando uma pessoa está com estresse, sua disposição física fica fragilizada, assim como a mente, o que significa que o corpo não está plenamente saudável. Com isso, pequenas questões do dia-a-dia crescem e assumem um peso bem maior que o devido. Os problemas do trabalho são levados para casa e acabam por influenciar de forma negativa todos os membros da família", explica Ogata.

Quando a empresa não se preocupa com a qualidade de vida de seus colaboradores, as



Veja como controlar o estresse

Comportamento na vida pessoal

- Preserve sua liberdade pessoal e os momentos de privacidade;
- Pense sempre nos outros antes de agir;
- Esteja sempre perto das pessoas com quem você tem mais afinidade;
- Valorize suas férias e os finais de semana;
- Viaje sempre que possível. Visite os amigos periodicamente;
- Procure contato com ambientes que lhe tragam prazer;
- Aprenda a "desligar-se" de suas obrigações nos momentos de lazer;
- Mantenha um bom peso. Pratique atividade esportiva regularmente.

Comportamento na vida profissional

- Escolha as pessoas mais calmas para se relacionar no trabalho;
- Evite ser interrompido durante suas tarefas;
- Dê atenção a um assunto de cada vez;
- Não adie problemas desconfortáveis;
- Administre bem seu tempo. Organize seu horário de maneira que sobre tempo;
- Determine as prioridades diariamente;
- Procure não almoçar no ambiente de trabalho. Se possível, caminhe um pouco após o almoço;
- Evite trabalhar em locais com muitos ruídos;
- Em situações de grande tensão, faça uma pausa no trabalho de 60 a 90 minutos, desligando-se dos problemas;
- Não encare todas as situações como desafio;
- Estabeleça seus limites;
- Negocie prazos compatíveis para a realização de projetos importantes.

Fonte: Dr. Godofrêdo Chaves Sampaio
(http://www.hospitalpitangueiras.com.br/doencas/stress.htm)

conseqüências redundam em sérios prejuízos. Segundo Ogata, o alto nível de estresse faz a pessoa perder a concentração e seu trabalho não rende o equivalente ao desempenho de uma pessoa saudável. "Podemos dizer que essa pessoa fará com que a empresa tenha sua produtividade, qualidade, competitividade e lucro comprometidos."

Esse sofrimento pode ser evitado, quando as empresas desenvolvem programas de gestão do estresse, com monitoramento de comportamentos e implantação de ações que melhorem a vida das pessoas e seu conseqüente desempenho. "Algumas ações como relacionamento com colegas, apoio em lazer, tratamentos individuais quando necessário, apoio e aconselhamento familiar, correção de procedimentos fazem parte do programa de gerenciamento do estresse", explica Gilclér.

No mundo inteiro, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), 30% dos trabalhadores têm sintomas de depressão e transtornos de ansiedade, como síndrome do pânico ou estresse. No Brasil, as estatísticas não medem esse drama, traduzindo a insensibilidade de nossa memória escravista em relação ao trabalho.

Uma pessoa com um quadro mais avançado de estresse sofre de um cansaço excessivo, fica doente com freqüência, podendo até chegar à incapacidade de trabalhar. Segundo a psicóloga Marília Pereira, para evitar que o estresse aumente e chegue a prejudicar o dia-a-dia, a pessoa deve prestar atenção em alguns sintomas. "Insatisfação com tudo, irritabilidade, explosividade, reclamações mais freqüentes que o habitual, insônia ou sono agitado, diminuição do rendimento, distração são sinais de que o estresse está aumentando", explica a psicóloga.

Para aliviar o estresse, Gilclér Regina recomenda que as pessoas busquem um humor maior pela vida, pelo cotidiano, além de ações e resultados, para manter a mente em equilíbrio."Quando o trabalho é um prazer, a vida é uma alegria, e, quando o trabalho é um dever, a vida é uma escravidão." ■

Fenacon faz a última Assembléia do ano

Conforme consta do calendário da entidade, foi realizada, em Brasília no dia 30 de novembro, a última Assembléia Geral do Conselho de Representantes da Fenacon, prevista para 2006. Presidida por Carlos José de Lima Castro, presidente da entidade, a Assembléia teve a presença dos vice-presidentes e diretores da Fenacon e dos presidentes e representantes dos sindicatos filiados.

Na Assembléia, foram discutidos diversos assuntos de interesse do sistema Fenacon e aprovada a Proposta Orçamentária para o exercício de 2007. No mesmo dia, houve uma Assembléia Extraordinária para discutir alterações no estatuto da entidade. A Assembléia aprovou alterações na forma de escolha dos locais de realização das Convenções Nacionais das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Conescaps). ■

Treinamento I

Com o objetivo de provocar uma reflexão sobre a necessidade de os diretores e presidentes da Fenacon e dos Sindicatos filiados atuarem como líderes capazes de proporcionar resultados, foi realizado, em Brasília, nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro, o treinamento "Liderança para Resultados", ministrado pelo consultor de empresas Celso de Souza. Com foco na psicologia aplicada aos negócios, Celso trabalhou conteúdos como autoconhecimento do perfil de líder e as competências de um líder de resultados.

Na avaliação do presidente do Sescap-CE, Pretextato Quaresma, o treinamento vai ajudar e muito os dirigentes dos sindicatos a terem uma visão mais empreendedora e de organização administrativa. "Foi tão válido esse treinamento, que estão pensando em oferecer treinamentos semelhantes para os empresários filiados ao Sescap-CE", diz. ■

Celso Souza: É fundamental para o sucesso da gestão que os dirigentes conheçam suas habilidades de líder

Treinamento II

Os funcionários dos Sindicatos filiados, responsáveis de execução operacional das atividades relativas à emissão e controle das contribuições e rendas sindicais também receberam treinamento. O evento, que ocorreu em Brasília, nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro, teve como objetivo obter esclarecimentos sobre os aspectos legais da cobrança de contribuições e emissão de guias de contribuição sindical.

Durante o treinamento, o assessor jurídico da Fenacon, Josué José Tobias, falou da base legal para as receitas sindicais e o assistente de projetos, José Luiz, juntamente com o diretor da TCS Sistemas, Ricardo Timmers, ministrou os módulos sobre a operacionalização do sistema de gerencial das entidades de classe.

No treinamento, aberto pelo vice-presidente institucional da Fenacon, Valdir Pietrobon, os participantes, além de receber todas as informações sobre o modo como utilizar o sistema no dia-a-dia de trabalho, puderam tirar dúvidas. ■

REGIÃO NORDESTE

Sescap-Pernambuco

Sescap-Pernambuco inaugura museu

O Sescap-PE está recebendo peças antigas típicas de um escritório de contabilidade. As peças farão parte do museu sediado no sindicato, mas servirão à sociedade, pois estarão em exposições itinerantes em outras entidades de classe, eventos, etc. O objetivo é contribuir para a valorização da profissão contábil, mantendo viva a memória das empresas desse ramo representado pelo sindicato.

Desde o lançamento do museu, em outubro, os associados já começaram a fazer suas doações para o acervo, que agora já conta com algumas relíquias, como máquinas de datilografia, impressoras e computadores antigos, entre outros utensílios de escritório, livros e outros artigos de relevância histórica. A doação dos associados é registrada com uma etiqueta que identifica a empresa doadora.

Informações e Doações: Sescap-PE - Rua José Aderval Chaves, 78 sala 406 - Boa Viagem. Fone: 3463-4762/3467-7499 - Fax: 3327-6324.
Horário de Atendimento: 8 às 12hs e 14 às 18h ■

Sescon-Rio Grande do Norte

Sescon-RN participa de Feira do Empreendedor

Vice-Presidente do Sescon-RN e presidente do Corecon-RN

Ocupando uma área de cinco mil metros quadrados e com uma expectativa de público de 20 mil pessoas, a Feira do Empreendedor, evento de iniciativa do Sebrae, aconteceu no Parque Aristófanes Fernandes, em Parnamirim, dentro da programação da 44ª Festa do Boi, no período de 17 a 21 de outubro.

Dentro do mix da feira, foi possível assistir a palestras, encontrar informações sobre abertura de novos negócios e oportunidades de franquias em diversos setores.

O Sescon-RN, em parceria com o Conselho Regional de Economia do Rio Grande do Norte, montou um estande, onde contadores e economistas se revezaram para atender à população e dar orientações/instruções sobre o modo como gerir um negócio. Dentro do espaço também aconteceu o "Feirão dos impostos", uma idéia do Sescon-RN, que visa demonstrar, de forma bastante simples, à população em geral quanto de impostos se paga pelos produtos consumidos". ■

REGIÃO SUL

Sescon-Grande Florianópolis

Terceira edição da campanha do CPF é um sucesso

Foi um sucesso a terceira edição da campanha lançada pelo Sescon Grande Florianópolis para a entrega da Declaração Anual de Isento (DAI 2006) das Pessoas Físicas. Somente em Palhoça, região metropolitana de Florianópolis, 1.250 pessoas foram atendidas. Em Biguaçu, em apenas três dias de evento, mais de 350 pessoas cumpriram com suas obrigações. Na capital, durante os primeiros dias da campanha, foram aproximadamente 200 atendimentos, além das inúmeras declarações entregues nas cidades de Tijucas, Canelinha, Major Gercino, Nova Trento, São João Batista e São José.

A meta até o final da campanha, que encerra dia 25 de novembro, é que outras mil pessoas sejam beneficiadas pelo serviço oferecido gratuitamente pelo Sescon-GF.

A campanha acontece em locais de grande movimentação, como shopping centers, prefeituras, câmaras de vereadores, terminais de ônibus, entre outros. Contabilistas voluntários trabalharam em forma de mutirão e prestaram um grande apoio à comunidade da Grande Florianópolis.

A campanha foi realizada no Beira-Mar Shopping

Vale lembrar que quem não declarar até o dia 30 de novembro, poderá sofrer contratempos como a pendência ou suspensão do CPF. Estão obrigadas à apresentação dessa declaração todas as pessoas físicas que possuem CPF e que ficaram dispensadas da apresentação da Declaração de Ajuste relativa ao ano de 2005, cujo prazo venceu em 28 de abril de 2006. ■

Sescon-Santa Catarina

Associado Sescon-SC número 600

A empresa Escritório Contábil Itá S/S da cidade de Itá-SC é a associada de número 600 do Sescon-SC. Jaime Bonatto, um dos sócios da empresa, recebeu a visita de Elias Nicoletti Barth, diretor-administrativo do Sescon-SC, e oficializou sua associação, tendo ao seu lado Edenir Brusamarello, um dos sócios da empresa Corpel Contabilidade, da cidade de Concórdia/SC, também associada do Sescon-SC, e da qual Jaime também participa como sócio.

O presidente do Sescon-SC, Luiz Antonio Martello, agradeceu a participação de todos no trabalho de ampliação da base do Sescon de Santa Catarina. "Parabéns aos empresários e obrigado pela confiança depositada nesta parceria", disse Martello. ■

Sescon-SC fecha acordo com Escola Bolshoi

Na sexta-feira, 29 de setembro, em Joinville, o Sescon-SC, por meio de seu presidente Luiz Antonio Martello, ao lado da supervisora-geral do Bolshoi, Jô Braska Negrão, do presidente, Valdir Steglich, assinou contrato de cooperação com a Escola de Teatro Bolshoi no Brasil. O acordo tem como principal objetivo divulgar o projeto social, cultural e educacional do Bolshoi e prestar esclarecimentos sobre as leis de mecenato, por meio de doações de incentivo fiscal.

Martello destacou que os contadores são os melhores divulgadores das leis de incentivo fiscal aos empresários. "Então, essa é uma oportunidade para colaborar com a escola e uma forma de as empresas exercerem seu lado social", completou. Segundo ele, há duas formas de doação: uma por meio do Fundo Cultural e outra por intermédio da Lei Rouanet.

A Escola de Teatro Bolshoi na cidade de Joinville é a única fora da Rússia. É uma entidade sem fins lucrativos, mantida pelos "Amigos do Bolshoi", empresas e pessoas físicas socialmente responsáveis que apóiam o projeto por meio de serviços prestados pro bono e patrocínios não incentivados ou incentivados por leis. Atende principalmente às crianças carentes vindas de todos os estados do Brasil, das quais 95% são bolsistas, fazem suas refeições na escola e recebem uma educação que visa não apenas o aprendizado da dança, mas também o da língua inglesa, de música, informática, comportamento, ética, enfim, uma verdadeira escola de cidadania. ■

Sescap-PR

Sescap-PR obtém vitória no Judiciário

O Sescap-PR, por meio de mandado de segurança, questionou em juízo a alteração promovida pelo Decreto nº 4.729/03. Essa alteração impunha às sociedades civis de prestação de serviços de profissão legalmente regulamentada, a partir de 8/9/2003, uma 'nova' contribuição ao INSS instituída para incidir sobre "os adiantamentos de resultado pagos aos sócios a título de distribuição de lucros e dividendos", à alíquota de 20% (vinte por cento).

Em primeira instância, obteve-se liminar, ratificada posteriormente, com a concessão da segurança, que determinou a suspensão, para todas as sociedades civis de prestação de serviços de profissão legalmente regulamentada, associadas ao Sescap/PR, do recolhimento da contribuição previdenciária ao INSS, calculada com base na alíquota de 20% incidente sobre lucros e dividendos pagos antes da demonstração do resultado do período. Em segunda instância, o TRF manteve a decisão, que transitou em julgado, tornando-se, portanto, definitiva. ■

Ação do Sescap-PR modifica legislação do INSS

Em 2005, o Sescap-PR ingressou no Judiciário, questionando a sistemática adotada pela Prefeitura de Cascavel na cobrança do ISS das empresas de trabalho temporário. Pela legislação municipal, vigente à época, a prática adotada consistia em exigir o ISS, tomando como base de cálculo o valor total da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços.

A Prefeitura de Cascavel, no último dia 15 de setembro, publicou a Lei Complementar nº 36/2006, que acrescentou, entre outros dispositivos, o parágrafo 9º ao art. 167, que assim dispõe: "Na prestação dos serviços a que se refere o subitem 17.05 não se inclui, na base de cálculo, o valor do reembolso de salários e dos respectivos encargos sociais, desde que não ultrapasse a 80% (oitenta por cento) do total da nota fiscal." ■

Decisão beneficia sociedades de Coronel Vivida

Após quase 10 anos de tramitação, o Judiciário impõe derrota ao Fisco do município de Coronel Vivida, reconhecendo que as sociedades formadas por profissionais liberais, representadas pelo Sescap-PR, por força do disposto no parágrafo 3º do art. 9º do Decreto-lei nº 406/68, têm direito ao 'benefício' de recolher o ISS na modalidade de tributação fixa anual.

Além disso, a decisão determina que todo o valor recolhido indevidamente deverá ser restituído aos contribuintes, devidamente corrigido e atualizado desde a data da cobrança ilegal até a data de seu efetivo pagamento, descontado o montante equivalente ao tributo apurado pela forma fixa anual. ■

REGIÃO SUDESTE

Sescon-Campinas

Sescon Campinas tem nova diretoria

No dia 13 de setembro passado, na sede do Sescon Campinas, tomou posse a nova diretoria do sindicato, eleita para o triênio 2006/2009. Na oportunidade, o presidente eleito, José Homero Adabo, enfatizou que "fará todos os esforços para consolidar o Sescon Campinas como uma entidade forte e atuante na representação dos interesses da categoria".

A nova diretoria é formada pelos: presidente, José Homero Adado; vice- presidente, Gervásio de Souza; vice-presidente-financeiro, Carlos José Tozzi; diretor-financeiro, Sinésio Lúcio; vice-presidente-administrativo, Osvijomar de Seixas Queiroz Júnior; diretor-administrativo, Almir Frizzarin; e vice-presidente-social Carlos Luiz Barroso Ehrenberg. ■

Sescon-Rio de Janeiro

PQN forma sua primeira turma

A formatura da primeira turma do Projeto Qualidade Necessária ocorreu no Jóquei Clube do Brasil. O evento, que contou com o patrocínio da Prosoft, se deu no dia 9 de novembro de 2006.

O projeto, que está com a segunda turma, lançada em julho de 2006, em andamento, visa preparar as organizações para buscarem o reconhecimento e o retorno de seu trabalho, com uma metodologia patenteada e já implantada em aproximadamente 500 organizações nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Segundo Crislaine Kalkmann, diretora-operacional da Diretiva Consultoria de Santa Catarina, as empresas certificadas aptas a melhorar a qualidade do seu produto ou serviço; a criar e manter bons hábitos de trabalho, visando realizar todas as tarefas com segurança e entusiasmo; a minimizar o desperdício e o "retrabalho"; a aumentar gradativamente a receita, com diminuição de custos em curto e médio prazo; a aumentar gradativamente a satisfação dos clientes; a melhorar o atendimento; a desenvolver uma maior agilidade nos processos, com a diminuição da sobrecarga de trabalho.

As principais mudanças são quebra de antigos paradigmas, reestruturação do ambiente, mudanças de *layout*, melhoria do atendimento, novos controles, novas maneiras de gerar decisões estratégicas e visão ampla de futuro diante do mercado.

O Sescon-RJ participou da primeira turma do PQN, estando entre as 14 empresas recomendadas ao *Selo de Gestão da Qualidade Contábil*, em conformidade com as normas ISO 9001:2000.

Segundo o presidente do Sescon, Guilherme Tostes, o PQN traz um conjunto de procedimentos que, se aplicados de forma adequada, são capazes de aumentar a eficiência da organização. Esses procedimentos interferem principalmente na qualidade de vida, organização e profissionalismo das empresas. ■

I Encontro avalia perspectivas do setor contábil

O Sescon Baixada Santista realizou, nos dias 23 e 24 de novembro, em Santos, no Litoral de São Paulo, o I Encontro das Empresas de Serviços Contábeis da Baixada Santista, tendo como tema As Perspectivas do Setor Contábil em 2020. O evento reuniu 100 empresários e profissionais no auditório do Sindicato, marcado por um bem elaborado mix de palestras e reconhecido por sua qualidade pelo Conselho Regional de Contabilidade (CRC-SP), o que contou crédito para os auditores no Programa de Educação Profissional Continuada, conforme a Resolução CFC nº 995/04.

Orival da Cruz, presidente do Sescon-BS, ressaltou o fato de o evento servir de alerta para o empresariado contábil assimilar as mudanças que estão revolucionando o setor e definir a melhor estratégia para se adequar e continuar atuando competitivamente. "Hoje, a atividade empresarial contábil é completamente diferente da praticada há alguns anos e mesmo da que se ensina nas faculdades", disse Orival.

O presidente da Fenacon, Carlos José de Lima Castro, como um dos expositores, comentou sobre os esforços da entidade para desburocratizar o funcionamento das empresas, especialmente aquelas dos segmentos representados. Considerou um avanço a aprovação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa e destacou a necessidade da articulação de um núcleo parlamentar para ouvir os pleitos da Federação em Brasília.

A palestra magna do I Encontro, proferida pelo deputado estadual Paulo Alexandre Pereira Barbosa (PSDB-SP), enfocou a responsabilidade do setor contábil no desenvolvimento da Baixada Santista. Paulo Alexandre, o quinto deputado estadual mais votado no Estado e o segundo do seu partido, enfatizou a importância de discutir o novo perfil do empresário contábil. "É importante que o empresariado esteja mobilizado e preparado para exercer sua função na sociedade, tanto no âmbito da iniciativa privada, quanto no da administração pública", afirmou

O I Encontro aconteceu no Sescon-BS, com patrocínio das empresas Prosoft, Folhamatic, Contmatic Phoenix, DP Comp, Certisign, Rizzieri e Tecla Tipo, e apoio da Associação dos Contabilistas de Santos (ACS), do Sescon-SP e da Fenacon. ■

Mesa de autoridades da solenidade de abertura do I Encontro das Empresas de Serviços Contábeis

Gestão de Pessoas na Prática

Os desafios e as soluções

Lidar com pessoas sempre é um desafio, mesmo para os experientes gestores de empresas. O livro *Gestão de Pessoas na Prática*, do consultor Ricardo Xavier, veio para facilitar a vida de quem, no dia-a-dia de trabalho, tem que gerenciar os mais diversos tipos de conflito entre os colaboradores. A obra traz uma série de dicas, baseadas na experiência de mais de quinze anos em gestão de pessoas.

O livro, destinado a gestores e assessores de Recursos Humanos, mostra os principais pontos da gestão de pessoas nas organizações, com apresentação de problemas e soluções, além de uma série de sugestões para reduzir a tensão natural sentida pelo gestor diante dos problemas e desafios.

Gestão de Pessoas na Prática
Ricardo Xavier
Editora Gente
R$ 30,00

Nos 29 capítulos, o autor aborda todos os principais pontos da rotina de Recursos Humanos, como: recrutamento e seleção de pessoal, contratação e demissão, integração dos novos colaboradores, motivação, avaliação de desempenho, problemas de relacionamento na equipe, comunicação, competição e resistência a mudanças.

Segundo Ricardo Xavier, fatores externos, tais como a evolução da tecnologia, afetam diretamente as organizações e as pessoas. O autor ressalta que esses fatores influenciam o ambiente de trabalho de quatro maneiras distintas: 1) Economicamente: uma mudança tecnológica, por exemplo, pode piorar significativamente a situação de uma empresa. Um profissional pode perder o emprego, se a empresa em que ele trabalha for afetada por uma queda nas vendas; 2) Financeiramente: uma empresa que passa a vender menos, certamente terá problemas de caixa; 3) Operacionalmente: empresas podem ter dificuldades operacionais, quando, por exemplo, um de seus profissionais é transferido e, por isso, precisa mudar seu horário, interromper seu MBA, etc.; 4) Psicossocialmente: as pessoas ficam tensas e estressadas, o que propicia conflitos e dificuldades de retomada do equilíbrio emocional.

No livro, que é um verdadeiro manual de gestão de pessoal, o autor ressalta que administrar empresas é garantir resultados satisfatórios para a organização e para seus colaboradores, uma tarefa nem sempre fácil.

O autor ressalta que o desenvolvimento de pessoal deve ser uma estratégia inteligente para qualquer organização e a empresa tem de desenvolver programas eficientes para isso, no âmbito corporativo. Segundo Xavier, é comum muitos gestores travarem suas próprias carreiras por não agirem de tal forma que os seus subordinados evoluam. O enfoque errôneo da função e a falta de compromisso com os subordinados, a inveja e o egoísmo são fatores que contribuem para o comportamento inadequado de alguns gestores.

A obra traz um série de orientações sobre o modo como o gestor deve agir para facilitar o crescimento de todos os membros de sua equipe e destaca os principais indicadores de potencial de crescimento: motivação para crescimento, disposição para assumir funções mais complexas e desafiadoras; empenho, nível de esforço empregado nas tarefas; nível de responsabilidade na execução de tarefas; interesse pelos assuntos da área e da empresa; nível de aceitação da função e auto-estima funcional, isto é, nível de orgulho pela função exercida, qualificação intelectual; qualificação emocional, nível de esforço de autodesenvolvimento.

O autor também não deixa de tocar em assuntos polêmicos que interferem negativamente na produtividade da equipe, como aplicação de medidas disciplinares, resistência às mudanças e competição no trabalho.

Gestão de Pessoas na Prática traz uma série de orientações bastante úteis para aqueles a quem cabe gerenciar pessoas, além de se dirigir também àqueles que desejam tomar decisões acertadas e apostar em condutas adequadas ao ambiente corporativo. ■

Guia para pesquisas de práticas contábeis

Autor: Taiki Hirashima - Editora: Atlas

A obra apresenta as práticas contábeis oriundas da Lei das Sociedades por Ações, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON). A publicação, destinada a executivos das áreas contábil, financeira e tributária, além dos assuntos contábeis, traz aspectos tributários bastantes úteis à rotina de trabalho dos executivos.

Manual de plano de negócios

Fundamento, processos e estruturação

Autor: Luiz Antonio Bernardi - Editora: Atlas

Na obra, dividida em duas partes, o autor aborda a importância do plano de negócio para o sucesso do empreendimento e apresenta a metodologia de elaboração de um plano de negócios. O livro, que traz ainda um *checklist* para avaliar o plano e suas conclusões, é um manual que ensina na prática como montar um plano de negócios, com exemplos que incluem situações comuns à Indústria, ao Comércio e ao setor de Serviços. Segundo o autor, um plano deve ter equilíbrio entre ciência e arte, entre a visão e o sonho, entre o sonho e a realização e entre a pretensão e a realização.

Desenvolvemos a melhor tecnologia do mercado:
a relação entre pessoas.

Pessoas entendem de números, não o contrário. Por isso criamos softwares pensando nelas, em suas necessidades.Desenvolvemos sistemas diferentes para empresas e escritórios contábeis, com funções e recursos totalmente voltados para cada tipo de exigência. O que muitos chamam de venda, nós chamamos de relacionamento.

0800 015 4400

SP: Americana, São Paulo, Ribeirão Preto, Santos, São José dos Campos PR: Curitiba RJ: Rio de Janeiro RS: Porto Alegre

www.folhamatic.com.br

Conheça algumas soluções Folhamatic:

office CRM
Para Seu Escritório
- e-CRM Contábil
- Folha de Pagamento
- Escrita Fiscal
- Impostos
- Livro Caixa
- Contabilidade
- LALUR
- Ativo Imobilizado
- Administrador de Escritório Contábil
- Cálculo de Impostos em Atraso
- Fiscalmatic completo

Business
Para Sua Empresa
- Financeiro/Fibank
- Contas a Pagar
- Contas a Receber
- Fluxo de Caixa
- Controle Bancário
- Faturamento
- Estoque de Matérias Primas
- Estoque de Produto Final
- Ordem de Produção

FOLHAMATIC
TECNOLOGIA EM SISTEMAS
Uma empresa feita por pessoas

SESCAP - ACRE
Presidente: **Sérgio Castagna**
End.: Av. Getúlio Vargas, 130, Sls. 208/209, Centro
CEP: 69900-660 - Rio Branco/AC - Tel.: (68) 3222-8123
sescapac@ibest.com.br - www.sescap-ac.org.br
Cód. Sindical: 002.365.00000-7

SESCAP - ALAGOAS
Presidente: **Milene Rocha da Silva**
End.: Rua João Correia de Araújo, 193, Farol
CEP: 57050-470 - Maceió/AL - Tel.: (82) 3338-2021
sescap-al@hotmail.com - **Cód. Sindical: 002.365.89638-8**

SESCAP - AMAPÁ
Presidente: **Márcio Lélio P. do Nascimento**
End.: Av. Ana Nery, 1.148, Bairro Jesus de Nazaré
CEP: 68908-190 - Macapá/AP - Tel.: (96) 3223-1604
sescap_amapa@hotmail.com - www.sescapamapa.com.br
Cód. Sindical: 002.365.00000-7

SESCON - AMAZONAS
Presidente: **Wilson Américo da Silva**
End.: Rua Monsenhor Coutinho, 477, Sl. 5, Centro
CEP: 69010-110 - Manaus/AM - Tel.: (92) 3233-2336
sesconam@vivax.com.br - **Cód. Sindical: 002.365.91072-0**

SESCAP - BAHIA
Presidente: **Fernando César Passos Lopo**
End.: Av. Antonio Carlos Magalhães, 2.573, Sl. 1.205/6,
Ed. Royal Trade, Candeal de Brotas - CEP: 40289-900
Salvador/BA - Tel.: (71) 3452-4082
sescapba@sescap-ba.org.br - www.sescap-ba.org.br
Cód. Sindical: 002.365.90858-0

SESCON - BAIXADA SANTISTA
Presidente: **Orival da Cruz**
End.: Av. Conselheiro Nébias, 592, Boqueirão
CEP: 11045-002 - Santos/SP - Tel.: (13) 3222-4839
sesconbs@sesconbs.org.br - www.sesconbs.org.br
Cód. Sindical: 002.365.97194-0

SESCON - BLUMENAU
Presidente: **Gelasio Francener**
End.: Rua 15 de Novembro, 550, 10° andar,
Sl. 1.009/1.010 - CEP: 89010-901 Blumenau/SC
Tel.: (47) 3326-0236
sesconblumenau@sesconblumenau.org.br
www.sesconblumenau.org.br
Cód. Sindical: 002.365.89502-0

SESCON - CAMPINAS
Presidente: **José Homero Adabo**
End.: Av. Irmã Serafina, 863, 2° andar, Sl. 21/22,
Ed. Sada Jorge, Centro - CEP: 13015-201 – Campinas/SP
Tel.: (19) 3239-1845 - sesconcampinas@uol.com.br
www.sesconcampinas.org.br
Cód. Sindical: 002.365.97193-2

SESCAP - CEARÁ
Presidente: **Pretextato S. Quaresma**
End.: Av. Washington Soares, 1.400, Sl. 401, Edson
Queiróz - CEP: 60811-341 – Fortaleza/CE
Tel.: (85) 3273-5083 - sescapce@sescapce.org.br
www.sescapce.org.br - **Cód. Sindical: 002.365.88157-7**

SESCON - DISTRITO FEDERAL
Presidente: **Paulo Cesar Terra**
End.: SHCS, Qd. 504, Bl. C, Subsolo, Lj. 60/64,
Asa Sul, Entrada W2 - CEP: 70331-535 – Brasília/DF
Tel.: (61) 3226-1269 - sescondf@sescondf.org.br
www.sescondf.org.br - **Cód. Sindical: 002.365.04303-2**

SESCON - ESPÍRITO SANTO
Presidente: **Rider Rodrigues Pontes**
End.: Av. Princesa Isabel, 15, Edifício Martinho de Freitas,
Sl. 1105/1111, Centro - CEP: 29010-361 - Vitória/ES
Tel.: (27) 3223-4936 - sescon@sescon-es.org.br
www.sescon-es.org.br - **Cód. Sindical: 002.365.04904-9**

SESCON - GOIÁS
Presidente: **Edson Cândido Pinto**
End.: Rua 61, n° 146, Centro (Térreo) - CEP: 74045-080
Goiânia/GO - Tel.: (62) 3212-4477
sescongoias@sescongoias.org.br -
www.sescongoias.org.br
Cód. Sindical: 002.365.05474-3

SESCON - GRANDE FLORIANÓPOLIS
Presidente: **Maurício Melo**
End.: Rua Felipe Schmidt, 303, 9º andar, Ed. Dias Velho,
Centro – CEP: 88010-903 Florianópolis/SC
Tel.: (48) 3222-1409 sescon@sesconfloripa.org.br
www.sesconfloripa.org.br - **Cód. Sindical: 002.365.88511-4**

SESCAP - LDA
Presidente: **José Joaquim Martins Ribeiro**
End.: Rua Senador Souza Naves, 289, Sobreloja,
Ed. Euclides Machado - CEP: 86010-914 – Londrina/PR
Tel.: (43) 3329-3473 - sescapldr@sescapldr.com.br
www.sescapldr.com.br - **Cód. Sindical: 002.365.90169-1**

SESCAP - MARANHÃO
Presidente: **Gilberto Alves Ribeiro**
End.: Av. Jerônimo de Albuquerque, s/n°, Sl. 201,
Retorno do Calhau, Casa do Trabalhador - CEP: 65074-220
São Luís/MA - Tel.: (98) 3236.6971 - sescapma@uol.com.br
www.sescapma.org.br - **Cód. Sindical: 002.365.90023-7**

SESCON - MATO GROSSO
Presidente: **Moacyr Rosa Coelho**
End.: Rua Hollywood, 552, Jardim Califórnia,
CEP: 78070-345 - Cuiabá/MT - Tel.: (65) 3634-8371
sesconmt@terra.com.br - www.sescon-mt.org.br
Cód. Sindical: 002.365.86025-1

SESCON - MATO GROSSO DO SUL
Presidente: **Carlos Rubens de Oliveira**
End.: Rua Maracaju, 13, Sl. 01 (Esquina com a Av.
Presidente Ernesto Geisel) – CEP: 79002-214 - Campo
Grande/MS - Tel.: (67) 3029-6094
sesconms@sesconms.org.br - www.sesconms.org.br
Cód. Sindical: 002.365.87924-6

SESCON - MINAS GERAIS
Presidente: **João Batista de Almeida**
End.: Av. Afonso Pena, 748, 24° andar, Centro - CEP: 30130-003
Belo Horizonte/MG - Tel.: (31) 3273-7353
sescon@sescon-mg.com.br - www.sescon-mg.com.br
Cód. Sindical: 002.365.04937-5

SESCON - PARÁ
Presidente: **Paulo Otávio Bastos Baker**
End.: Av. Presidente Vargas, 640, 5º andar, Sl. 01,
Ed. Selecto, Campina - CEP: 66017-000 – Belém/PA
Tel.: (91) 3212-2558 - sesconpa@nautilus.com.br
www.sescon-pa.org.br - **Cód. Sindical: 002.365.90145-4**

SESCON - PARAÍBA
Presidente: **João Pereira Alves Júnior**
Av. Dom Pedro I, 970 - Centro - CEP 58013-021 - João
Pessoa/PB - Tel.: (83) 3222-6922 - sesconpb@gmail.com
Cód. Sindical: 002.365.90755-0

SESCAP - PARANÁ
Presidente: **Mário Elmir Berti**
End.: Av. Marechal Deodoro, 500, 11° andar,
Edifício Império, Centro - CEP: 80010-911 – Curitiba/PR
Tel.: (41) 3222-8183 - sescap-pr@sescap-pr.org.br
www.sescap-pr.org.br - **Cód. Sindical: 002.365.88248-4**

SESCAP - PERNAMBUCO
Presidente: **Adelvani Braz da Silva**
End.: Rua José Aderval Chaves, 78, 4° andar,
Sl. 403, Boa Viagem - CEP: 51111-030 - Recife/PE
Tel.: (81) 3327-6324 - sescappe@sescappe.org.br
www.sescappe.org.br - **Cód. Sindical: 002.365.88145-3**

SESCON - PIAUÍ
Presidente: Tertulino Ribeiro Passos
End.: Rua Onorio de Paiva, 607, Piçarra, CEP: 64001-510
Teresina/PI - Tel.: (86) 3223-2682/3222-7372
sesconpi@analisecontabilidade.com.br
Cód. Sindical: 002.365.90801-7

SESCON - PONTA GROSSA
Presidente: **Aguinaldo Mocelin**
End.: Rua XV de Novembro, 301, 6º andar, Sl. 67/68,
Ed. Dr. Elyseu - CEP: 84010-020 – Ponta Grossa/PR
Tel.: (42) 3028-1096 - sesconpg@interponta.com.br
Cód. Sindical: 002.365.91178-6

SESCON - RIO DE JANEIRO
Presidente: **Guilherme Tostes**
End.: Av. Passos, 120, 7° andar, Centro - CEP: 20051-040
Rio de Janeiro/RJ - Tel.: (21) 2233-8899
sesconrj@sescon-rj.org.br - www.sescon-rj.org.br
Cód. Sindical: 002.365.86767-1

SESCON - RIO GRANDE DO NORTE
Presidente: **Edson Oliveira da Silva**
End.: Rua Romualdo Galvão, 986 - Lagoa Seca
CEP 59056-100 - Natal/RN - Tel.: (84) 3201-0708
sescon@sescon-rn.com.br - www.sescon-rn.com.br
Cód. Sindical: 002.365.91069-0

SESCON - RIO GRANDE DO SUL
Presidente: **Luiz Carlos Bohn**
End.: Rua Augusto Severo, 168, São João - CEP: 90240-
480 – Porto Alegre/RS - Tel.: (51) 3343-2090
sescon-rs@sescon-rs.com.br - www.sescon-rs.com.br

SESCAP - RONDÔNIA
Presidente: **João Aramayo da Silva**
End.: Rua Alexandre Guimarães, 1189 - Bairro Areal
CEP: 78916-450 - Porto Velho/RO - Tel.: (69) 3223-7577
sescap-ro@uol.com.br - www.sescap-ro.com.br
Cód. Sindical: 002.365.91126-3

SESCON - RORAIMA
Presidente: **Auxiliadora Oliveira de Araújo**
End.: Rua Prof. Agnelo Bitencout, 390, Galeria Ajuri,
Sala 5, Centro - CEP: 69301-430 – Boa Vista/RR
Tel.: (95) 3624-4588 - sesconrr@hotmail.com
Cód. Sindical: 002.365.04959-6

SESCON - SANTA CATARINA
Presidente: **Luiz Antonio Martello**
End.: Av. Juscelino Kubitschek, 410, 3º andar,
Bloco B, Sls. 306/308 - CEP: 89201-906 – Joinville/SC
Tel.: (47) 3433-9849 - sesconsc@sesconsc.org.br
www.sesconsc.org.br - **Cód. Sindical: 002.365.02808-4**

SESCON - SÃO PAULO
Presidente: **Antonio Marangon**
End.: Av. Tirandentes, 960, Luz - CEP: 01102-000
São Paulo/SP - Tel.: (11) 3328-4900
sesconsp@sescon.org.br - www.sescon.org.br
Cód. Sindical: 002.365.86257-2

SESCAP - SERGIPE
Presidente: **José Cicinato Vieira Mello**
End.: Rua Urquiza Leal, 15 A 1º Andar – Bairro Salgado
Filho - CEP 49020-490 – Aracaju/SE - Tel.: (79) 3221-5058
sescapse@infonet.com.br - www.sescap-se.org.br
Cód. Sindical: 002.365.04999-5

SESCON - SERRA GAÚCHA
Presidente: **Celestino Oscar Loro**
End.: Rua Ítalo Victor Bersani, 1.134,
Jardim América - CEP: 95050-520 - Caxias do Sul/RS
Tel.: (54) 3222-7831 executivo@sesconcxs.com.br
ww.sesconserragaucha.com.br
Cód. Sindical: 002.365.87490-2

SESCON - SUL FLUMINENSE
Presidente: **Vera Lúcia Pires Nunes**
End.: Av. 17 de Julho, 280, Lj. 02, Aterrado,
Ed. Minas Gerais - Volta Redonda/RJ – CEP: 27213-200
Tel.: (24) 3347-1298 - sesconsul@sesconsul.com.br
www.sesconsul.com.br
Cód. Sindical: 002.365.05022-5

SESCAP - TOCANTINS
Presidente: **Gilvane Ferreira da Silva**
End.: Av. LO 03, Qd. 104 Sul, Lts. 01 a 10
Salas 262/263 – C. Comercial Wilson Vaz,
Plano Diretor Sul, – Palmas/TO - CEP: 77020-028
Tel.: (63) 3215-2438 - sescapto@uol.com.br
Cód. Sindical: 002.365.91124-7

SESCON - TUPÃ
Presidente: **Hamilton D. Ramos Fernandez**
End.: Rua Carijós, 481, Centro - CEP: 17601-010
Tupã/SP - Tel.: (14) 3496-6820
sescontupan@unisite.com.br
Cód. Sindical: 002.365.90844-0

Empresário de serviços, entre em contato com seu sindicato por e-mail. É mais rápido e econômico. Critique, reivindique, opine, faça sugestões aos seus dirigentes. Eles querem trabalhar por você, em defesa de sua empresa.

Atualize seu cadastro

e continue recebendo a Revista Fenacon em Serviços

REVISTA Fenacon
Contabilidade • Assessoramento • Perícias • Informações • Pesquisas
EM SERVIÇO

Preço caro para você é sinônimo de qualidade?

Não mais. A decisão é agora!

Adquira as soluções Prosoft

Não perca tempo!

Confira as condições especiais e a validade da campanha para cada região.

Descubra o que podemos fazer por você e por sua empresa

Solicite uma demonstração

0800 551037

www.prosoft.com.br

Prosoft

Somando soluções para obter resultados.